



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRESIDENTE: ELI CORRÊA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 12 DE JUNHO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens
- Manifestação do público

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Na qualidade de membro, dou por abertos os trabalhos da primeira audiência pública semipresencial da Comissão Extraordinária do Idoso e de Assistência Social.

Boa tarde a todas e a todos, servidores aposentados, pensionistas, servidores da atividade, entidades sindicais e parlamentares presentes. Cumprimento os que estão presentes e as pessoas que estão de forma *on-line*.

Fiz o requerimento para esta audiência pública para que pudéssemos hoje discutir um pouco da Reforma da Previdência que foi feita no município de São Paulo, o denominado Sampaprev 2, que levou a um problema gravíssimo que estamos vivendo desde o final de 2021. Então, esta audiência pública é para isto: fazermos um debate transparente, sério, com dados, com a realidade que está sendo vivida pelos servidores públicos, principalmente os aposentados e pensionistas, no município de São Paulo.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online e pelos canais do YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Como já dito, esta audiência pública tem caráter oficial, está sendo transmitida ao vivo, e o que for produzido aqui será encaminhado a todos os Vereadores da Casa, assim como ao Prefeito Ricardo Nunes.

Foram convidados para esta audiência pública: o próprio Prefeito Ricardo Nunes, que mandou representante, bem como a Sra. Marcela Arruda, da Secretaria Municipal de Gestão, representada pelo procurador municipal, Sr. Cristiano de Arruda Barbirato, presente de forma *on-line*. Obrigado pela presença, Cristiano, sua presença é importante para que ouça as demandas dos servidores aposentados e pensionistas. Também foram convidados os representantes da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência; da Promotoria de Justiça do Núcleo de Pessoa Idosa, do Ministério Público do Estado de São Paulo; e o Sr. Conselheiro Eduardo Tuma, Presidente do Tribunal de Contas do Município, representado pelo Sr. Adriano Cremonesi, *on-line*. É importante a participação também do Tribunal de Contas nesta audiência

pública.

Também foram convidados todos os parlamentares da Casa e as entidades sindicais representativas dos servidores públicos municipais, o que é muito importante; e, principalmente, os servidores aposentados e pensionistas. Todos terão direito à fala. Faremos a audiência pública de uma forma muito transparente e democrática. Vamos dar acesso à palavra a todos os que queiram trazer uma contribuição importante para esse debate e vamos controlar o tempo, pois são muitas pessoas querendo falar, porque o problema é muito grave.

Vamos rapidamente formar a Mesa para darmos início aos trabalhos. Chamo para compor a Mesa, os Srs.: Djalma Prado, do Sindsep; professora Margarida Prado Genofre, da Aprofem e do Fórum das Entidades; professora Alcina Carvalho Hatzlhoffer, do Sinesp; professora Cleusa Maria Marques, do Sinpeem; professora Sheyla Mendes da Silva, do Sindicato dos Educadores da Infância – Sedin; Cássio Vieira, da Federação das Associações Sindicais e Profissionais – FASP; Felipe Bazo Torres, professor da Associação dos Servidores de Nível Superior da Prefeitura do Município de São Paulo – Anis; Francisco Ernani Ramalho Gomes, da Associação dos Contadores Municipais de São Paulo – ACMSP. (Palmas)

Pessoal, iremos alternando. Esta Mesa está composta. Depois, no decorrer das falas, quando as pessoas forem se manifestando, iremos chamando outras pessoas para também compor a Mesa. Esta é uma tarde especial, muito importante. Portanto, faremos essa alternância, porque, como vocês podem perceber, não cabem todos nesta mesa. No decorrer da audiência, faremos essa troca. E já peço aos colegas que estão na Mesa, depois de suas falas e intervenções, que façamos esse revezamento.

Anuncio a presença do Vereador Eliseu Gabriel, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara Municipal; e do Vereador Toninho Vespoli, nosso colega da Bancada do PSOL e também membro da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Informo que o Vereador Eli Corrêa, como Presidente da Comissão do Idoso, iria presidir esta audiência, mas estava com um problema de agenda. Fiz um requerimento para esta

audiência pública, e há um trâmite na Casa segundo o qual quando o Vereador faz a convocação para uma audiência pública, ele preside a sessão.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vamos dar início à nossa apresentação.

Antes, iremos combinar uma forma para alternar entre as pessoas que vão fazer a intervenção presencialmente, as pessoas que estão na Mesa e as pessoas que estão de forma *on-line*, que também fizeram inscrições. Então, iremos fazendo a alternância de falas. Mas, para isso, precisamos que sejam falas curtas, rápidas, de dois a três minutos, porque senão não dará para todos falarem.

Antes das falas, gostaria de colocar alguns dados. Desde 2021, temos acompanhado, em relação à Reforma da Previdência, uma *fake news* que o governo trouxe para a Câmara Municipal, de um déficit atuarial, porque não existia a necessidade de ser feita a Reforma da Previdência naquele momento. Quando a gente cita dados da Prefeitura de São Paulo, mostramos os números, até para debater com os outros Vereador também, que têm dificuldade de entender o que está sendo feito com os servidores públicos.

Assim, antes de dar a palavra aos componentes da Mesa, gostaria de passar a todos uma apresentação muito rápida de alguns dados que temos no município de São Paulo para a gente enriquecer esse debate e trazer mais argumentos para derrotar de vez o confisco de aposentarias e pensões no município de São Paulo.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Para começarmos a falar sobre o confisco das aposentadorias e pensões da Reforma da Previdência, precisamos entender o que ocorreu de 2018 para cá: houve uma redução dos investimentos. A gente fala que é investimento, não é gasto não, é do que a Prefeitura consome da sua arrecadação com a folha de pagamento dos servidores públicos municipais. Em 2018, tínhamos 38% do comprometimento de tudo o que se arrecadava para a folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas. Hoje, em 2022, com os números fechados, temos 30,22, então, vejam que está caindo, tem uma folga

gigantesca do orçamento no gasto com servidores públicos municipais. Então temos esse espaço.

Aqui, fala um pouquinho da folha de pagamento.

O caixa da Prefeitura de São Paulo, e temos falado várias vezes que, em 2018, era de 8 bilhões de reais - oito bilhões de reais - e, em 2023, com os dados atualizados do dia de hoje, está em 36,6 bilhões de reais - trinta e seis, ponto seis, bilhões de reais -, ou seja, a Prefeitura arrecada, e arrecada por vários fatores, por controle do combate à fraude, à sonegação fiscal, aumento de arrecadação, então temos esse valor de 36 bilhões de reais. Ocorre que a Prefeitura de São Paulo está parecendo banco, pois está guardando esse dinheiro que está rendendo mais de 2,5 bilhões ao ano. Então é sobre isso que estamos falando: do dinheiro em caixa, do recurso em caixa aqui.

Para que tenhamos uma ideia, tem aqui o *site* do estado de Alagoas, vejam aqui: aprovada a extinção dos 14% de aposentadorias e pensões, temos três casos já, de estados que revogaram o confisco de aposentadorias e pensões. São eles: de Alagoas, no final de 2022; Sergipe, onde também foi aprovada a retirada do desconto de 14% das aposentadorias e pensões; e o próximo, que não está aqui na transparência, mas que todos conhecemos é o de São Paulo, numa luta muito grande, inclusive vem chegando aqui o Deputado Carlos Giannazi, quem apresentou um projeto de lei e vai falar sobre a experiência vivida na Assembleia e, depois, outros parlamentares elaboraram também projetos, as entidades locais idem, então houve um movimento muito grande de aposentados e pensionistas, o qual vai ser falado aqui também. (Palmas)

Então essa luta foi muito grande e levou, também, à revogação disso no estado de São Paulo. Portanto, temos três estados que revogaram o confisco de aposentadorias e pensões, portanto, estamos mostrando que há condições de se fazer isso.

Esse *slide* mostra um holerite, não sei se vai dar para todos verem, que mostra uma situação, aliás, por que colocamos isso aqui? É justamente para fazer esse debate. É um holerite de um colega aposentado que, antes da pandemia, tinha um salário de 3 mil reais e um líquido

a creditar de 1,4 mil. Era um servidor que, antes do Sampaprev 2, ele não contribuía mais com a Previdência, pois se aposentou. Ele contribuiu a vida inteira com a Previdência e, quando ele se aposentou, a lei era muito clara: ele não contribuía mais. Então quem ganhava até o teto do regime geral da Previdência não pagava mais previdência social.

Esse servidor estava nessa condição, com o rendimento salarial líquido de 1,4 mil, vejam só, mil e quatrocentos reais, daí, essa mesma pessoa, que continuou aposentado, teve o confisco de aposentadoria e pensões e o valor líquido dele, agora, passou a ser mil e trinta e quatro reais. Óbvio que não vamos falar quem é o servidor, mas esse é um exemplo de milhares aqui na cidade de São Paulo, que estão nessa situação.

Há outros além desse servidor, mas ele, infelizmente, está com uma doença muito grave e não está mais conseguindo seus medicamentos, que são caros, e ele foi impedido, foi até obstruído, pelo Prefeito Ricardo Nunes a se cuidar, a poder fazer o seu tratamento, a poder prolongar um pouco mais a sua vida, pois o Prefeito Ricardo Nunes, ao colocar o confisco de aposentadorias e pensões sobre essas pessoas, esses servidores, que ganham abaixo do teto do regime geral, comete essa covardia. Isso é um crime que foi feito com os aposentados e pensionistas no município de São Paulo. É sobre isso que nós estamos falando nesta tarde, no dia de hoje.

Outro servidor, outra situação, mas também, como tantos outros estão nessa situação: eram aposentados e já não pagavam contribuição previdenciária e, depois, começaram a pagar por conta da alteração na Emenda Constitucional nº 103, que o Governo Bolsonaro autorizou e alguns estados adaptaram, o estado de São Paulo fez - o Doria fez, confiscando aposentadorias e pensões -, mas com grande luta foi revogado.

E o Prefeito Ricardo Nunes se aproveitou, foi mais realista do que o rei, pois ele não só se aproveitou desse trecho para confiscar as aposentadorias e pensões abaixo do teto do regime geral, como também prejudicou os servidores - aposentados e pensionistas - detentores de doenças incapacitantes. É, portanto, terrível e muito cruel.

E, aqui, nesse próximo *slide*, damos apenas um exemplo, pois já mostramos várias

vezes em plenário da Câmara Municipal, uma pessoa que está com Mal de Parkinson, uma pessoa que compra esse medicamento, nós conversamos com alguns servidores e eles nos passaram a receita. Esse medicamento, é o Difenidrin 50 mg, custa em torno de 600 reais. Pessoal, 600 reais! E a Prefeitura não socorre esse servidor, ele mesmo comprava com sua já pequena aposentadoria, com sua pensão, depois de 40 a 50 anos de trabalho dedicado à Prefeitura. Outro medicamento - mais um dos exemplos - é o Mitexan, para tratamento de câncer, custa 300 reais. São 300 reais e muitos desses medicamentos a pessoa precisa usar duas ou três caixinhas por mês! É isso que estamos falando: dessas pessoas e é por essas pessoas que estamos aqui, na tarde de hoje, querendo revogar de vez o confisco de aposentadorias e pensões.

É justamente sobre esses dados que vamos falar. É sobre o caixa da Prefeitura de São Paulo. É sobre o momento histórico econômico-financeiro da Prefeitura de São Paulo. A Prefeitura vive o melhor momento econômico-financeiro dos últimos 50 anos. Estamos acompanhando e acompanhamos mesmo, muito, o orçamento da cidade de São Paulo e nós nunca tivemos - nunca - uma situação econômica tão favorável como essa. Mas também nunca tivemos uma covardia - um crime - como esse feito para os servidores, com o Sampaprev 2, e é por isso que estamos aqui. (Palmas) (Pausa)

Gostaria de anunciar, oficialmente, a presença do Professor e Deputado Carlos Giannazi. Também anuncio a presença do Vereador Hélio Rodrigues. (Palmas)

Farei um início breve para passar aos encaminhamentos. A secretaria está nos informando que vamos abrir as inscrições para quem quiser. Será ali, naquela mesa ao lado. Quem quiser fazer uso da fala, afirmando que todos terão direito a falar, será franqueado a todos. É importante que vocês falem mesmo. Vamos abrir as inscrições e, daqui a pouco, quando tiver um número e que não ultrapassemos a noite, daremos um aviso para encerrar.

Vamos abrir a palavra e faremos uma alternância entre Mesa, inscritos, os inscritos e representantes *on-line* também, para fazerem uso da palavra.

Deixe eu abrir, já convidando a Margarida, pelo Fórum e representando a Aprofem.

Só gostaria de tentar nos limitar aos três minutos.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Vou avisar com essa campainha os três minutos para que cada um controle seu tempo, para todos poderem falar. Está bem?

Então, vou passar a palavra para a Margarida.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE - Muito obrigada, Vereador Celso Giannazi, na figura de quem eu cumprimento todos os membros da Mesa e todos os demais Vereadores presentes. Cumprimento também, é claro, os colegas aposentados como eu, guerreiros, que não se intimidam e que vêm à luta; isso é muito importante.

Eu gostaria de, principalmente, lamentar a ausência do nosso Prefeito - aliás, ele nem está em São Paulo - e daqueles parlamentares, Vereadores que, no final de 2020, votaram a favor dessa Reforma da Previdência Municipal, ou seja, daquilo que se tornou a Emenda 41 à Lei Orgânica Municipal. Eles deveriam estar aqui para nos ouvir, mas fazem ouvidos moucos.

Eu havia até preparado um texto, uma apresentação, mas, em visto do meu limite de tempo, vou me limitar a dizer o seguinte: precisamos, sim, revogar não só esse confisco em São Paulo; temos que nos organizar para derrubar a própria Emenda 103 da Constituição Federal. (Palmas) Porque enquanto não conseguirmos isso, permanecerá sobre a nossa cabeça a volta da ameaça sob outra forma, com outra lei, desde que esteja permitido na Constituição, como realmente está; assim, não poderemos sossegar.

Dá para a gente fazer como o Vereador Celso Giannazi sugeriu: que fosse feito também no Estado de São Paulo. Mas ele mesmo, em outra audiência pública da qual participei - convocada pela Deputada Luciene Cavalcante -, disse: "Se a gente não conseguir derrubar a Emenda 103, todo nosso esforço aqui poderá vir abaixo". Então, o importante mesmo é nós conseguirmos a revogação, se não da Emenda como um todo, dos dispositivos que permitiram a Estados e municípios, desde que haja déficit - e o déficit se cria, como vou mostrar daqui a pouco -, criar alíquotas maiores, cobrar mais dos aposentados e fazer esse verdadeiro confisco. Então, nosso trabalho não é pequeno. Não adianta só aqui no município de São Paulo, temos

que fazer uma luta no Brasil inteiro.

Por que dizemos que déficit não existe? Nós ouvimos recentemente o nosso Prefeito declarar que o aposentado da Prefeitura nunca contribuiu para a Previdência.

- Manifestação do público.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Ele usou o termo “Previdência”. Se ele tivesse dito “para a aposentadoria”, em parte lhe caberia, em parte, alguma razão. Mas, como usou o termo “Previdência”, ele errou completamente, não sei se por má intenção ou por má assessoria que lhe dão; ou as duas coisas. Errou, porque nós pagávamos sim. Eu entrei na Prefeitura em 1969 e já pagava o Montepio Municipal, que era 5% sobre o meu padrão. Depois, passamos a pagar também mais 3% para o Hospital do Servidor Público Municipal. Então, pensões e saúde, a gente contribuía com 8%. Isso é Previdência.

Não contribuíamos até a Emenda 20, que determinou que todo tempo de serviço dos servidores, para se aposentarem, teria que ser tempo de contribuição. É daí para a frente que começa o sistema contributivo para aposentadorias, mas a própria Emenda 20 cuidou de dizer que todo tempo de serviço dos servidores até aquela data, 98, se transformaria em tempo de contribuição.

Muito bem. A partir de 2005, nós tivemos uma reforma no nosso Iprem, o qual, através da Emenda Constitucional também, passou a suportar as aposentadorias suplementadas pelo Tesouro Municipal; além das pensões, o Iprem teria que pagar as aposentadorias. Claro que a arrecadação do Iprem não dava conta, e o Tesouro Municipal tem que suportar isso. Só que todos esses anos que os servidores contribuíram para o Iprem não foram repassados para o novo Instituto, para o novo Iprem que se constituiu; aí, criou-se o déficit. Você determina que o Instituto pague aposentadorias sem lhe ter sido dado o lastro necessário para isso, para ele se virar apenas com as contribuições. E, lógico, as contribuições não vão cobrir.

E o que o governo faz para criar déficit? Terceiriza, privatiza, faz conveniamento. E todas essas pessoas que vão passando a prestar serviços remunerados pela Prefeitura, eles não contribuem para o Iprem, eles contribuem para o Regime Geral da Previdência Social, ou

seja, para o INSS. Então, você vai, sim, criando um déficit atuarial. E se você projetar isso para 75 anos, como eles nos disseram, é lógico que fica uma dívida insuportável. E é com essa falácia de déficit criada que se convenceu esta Casa a votar no projeto de emenda à Lei Orgânica, o qual se transformou na Emenda 41. E, de lá para cá, com o decreto do Prefeito, passou-se ao absurdo de se cobrar do aposentado - que, com o Sampaprev 1, já pagava 14% sobre o que excedia o teto do INSS – 14% sobre tudo o que excede a 1 salário mínimo. Absurdo total. E o pior: os aposentados com deficiências ou doenças graves, que tinham a isenção até duas vezes o teto do INSS, passaram também, sem nenhuma compaixão, a ser descontados em 14% sobre tudo o que excede a 1 salário mínimo.

Isso jogou todos esses servidores – como até o Vereador Celso Giannazi já mencionou – em uma miséria total. Para vocês terem uma ideia, não é que a contribuição passou a “ser de”: aumentou em 1.917 reais, porque esse é o valor 14% sobre duas vezes o teto do INSS. Então, eles passaram a contribuir, por ano para o Iprem, com mais de 24 mil reais, quase 25 mil reais. Isso é confisco, gente.

Não existe déficit. Isso é, sim, um confisco. Isso é absolutamente desnecessário. Isso não representa, para o governo, uma economia significativa. Mas, para o aposentado, é mortal. Nós já estamos perdendo colegas aposentados com doenças graves por conta de uma depressão, de uma situação em que a pessoa fica, sem ter às vezes como comprar comida, como comprar remédios ou até fraldas geriátricas.

Esqueci de falar que estou representando também a Aprofem, da qual sou Vice-Presidente, e sou Coordenadora do Fórum de Entidades. Estou muito satisfeita com a presença de todos vocês - sei que ainda tem gente para entrar -, mas fico muito triste com a ausência de quem deveria estar aqui para ouvir isso. (Palmas) Mas é muito importante abrir diálogo sobre esse tema, jogar luz sobre essa pouca vergonha que se abateu sobre nós. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Margarida. Anuncio a presença do Vereador Hélio Rodrigues e do Deputado Carlos Giannazi, os quais convido a comporem a

Mesa conosco. (Palmas)

Aproveitando a fala da Margarida de modo breve, de fato, nós temos uma meta também em nível federal. Ainda não está presente, mas vai passar por aqui a nossa professora e Deputada Federal Luciene Cavalcante, que é a primeira professora da rede municipal a ingressar no Congresso Nacional a nos representar. E há uma emenda constitucional já apresentada – em fase de coleta de assinaturas –, para que façamos essa revogação em nível federal também.

Tem a palavra o Sr. Cássio Vieira, representando a Federação das Associações Sindicais e Profissionais.

O SR. CÁSSIO VIEIRA – Boa tarde a todos. Boa noite ao Vereador Celso, ao Vereador Eliseu, ao Vereador Toninho, ao Deputado Carlos.

Esta audiência pública é uma das mais relevantes para o servidor público neste ano, em virtude da extrema injustiça com a qual ele está sendo tratado no que se refere ao aspecto previdenciário. E vou dar como exemplo dois amigos: João e Pedro.

Um arruma emprego na iniciativa privada, e, durante 35-40 anos, paga de 8 a 11% daquilo que auferir de rendimentos para a previdência. Ele vai se aposentar com o equivalente a um limite de até sete salários mínimos – 7 mil reais. E, ao se aposentar, ele não paga mais nada. E o que acontece com o outro amigo? Ele decide servir ao público, ingressar por concurso público no serviço da Prefeitura, e, durante toda a trajetória, vai pagar não 11%, não 8%, como o amigo dele, vai pagar 14%. E vai se aposentar pelo mesmo valor, já que ele auferiu até o limite de sete mil reais. Mas, após se aposentar, ainda vai continuar contribuindo com mais 14%. E é isso que não faz nenhum sentido.

Onde está a isonomia entre o Pedro e o João? Por que, hoje, o servidor público municipal deve ser desprestigiado com relação aos demais servidores? Não nos faz muito sentido. É justamente essa a demanda que nos traz hoje, porque estamos com cerca de 40 mil aposentados e pensionistas em tal situação.

Vereador, estamos com essa situação, que deve e precisa ser solucionada através

da proposta do PDL apresentada pelo Vereador Celso; uma solução que já foi dada no âmbito do Estado de São Paulo, pelo Deputado Carlos, que iniciou essa briga com o Governo do Estado de São Paulo. E essa injustiça foi superada lá. Precisamos fazer o mesmo aqui no Município de São Paulo.

E é possível fazer isso? Sim, é possível fazer isso, porque, como foi dito, a arrecadação, graças ao crescimento da tributação do imposto sobre serviços, nunca foi mais benéfica para o município. E, inclusive, fazendo um parêntese: temos que tomar cuidado com aquilo que está sendo deliberado, hoje, no âmbito do Congresso Nacional – que querem acabar com esse imposto municipal. Estimativas do Governo Municipal falam num déficit de 15 bilhões de reais. Isso precisa ser aferido, modificada a proposta de reforma tributária, para que não soframos os efeitos – o cidadão paulistano, o servidor público – dessa perda de arrecadação que pode ocorrer no município, com a reforma tributária.

Não é possível que, com o caixa que temos hoje, com a arrecadação que temos hoje, fazer essa tributação injusta para os nossos aposentados, os nossos pensionistas. A Associação dos Pensionistas do Município de São Paulo também é filiada à FASP, e nos fez um pedido especial: trazer esse apelo ao Legislativo Municipal, para que pressione o Executivo no sentido de rever essa política. Acreditamos que há soluções para não se aumentar o suposto déficit previdenciário: poderíamos ter, no município, uma contribuição patronal para corrigir esses efeitos sobre o aposentado.

- Manifestação do público.

O SR. CÁSSIO VIEIRA – Contribuição patronal relativamente aos aposentados – porque uma série de aposentados que ganhariam acima dos sete mil reais continuariam sendo objeto dessa tributação. Mas salvaríamos o pessoal que ganha menos com essa tributação constitucional, com essa proposta de arrecadação constitucional, que é possível de ser feita no Município de São Paulo.

Então, propomos, numa síntese bem singela: que a Prefeitura considere retirar essa tributação dos aposentados que ganham até sete mil reais; e que, em contrapartida, ela passe a

contribuir com uma contribuição patronal equivalente àquilo que ela não paga hoje, que é a contribuição dos aposentados que ganham acima desse limite.

É isso que eu queria falar.

A FASP agradece muito a oportunidade. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Cássio.

Gostaria de anunciar a presença do Vereador Manoel Del Rio, que está de forma *on-line*, membro desta Comissão Extraordinária do Idoso e da Assistência Social.

E quero reforçar o pedido para que todas e todos tenham esse controle do tempo de três minutos, para que todos possam falar. Temos uma lista muito grande de pessoas inscritas presencialmente e *on-line*. Eu vou ser meio chato com esse critério do tempo, para que todos possam falar.

Tem a palavra o nosso colega Vereador Eliseu Gabriel, que é membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal.

O SR. ELISEU GABRIEL – Boa tarde. É um prazer estar aqui.

Queria dizer uma coisa que é impressionante: o Brasil, nos últimos anos, entrou nessa onda de desmonte do estado. Essa ideia de que o estado é problemático, de que tem que reduzir custo, reduzir gastos, justamente para sobrar dinheiro para os rentistas.

Só para vocês terem uma ideia: em 2021, o Governo Federal arrecadou três trilhões e 800 bilhões. Desse dinheiro, 51% foram usados para pagar juros, amortização da dívida; quase dois trilhões foram para os rentistas. O resto do dinheiro foi para pagar previdência, militares, serviços públicos, saúde etc., etc. Fizeram uma lei nesse país de louco desvairado com essa história do neoliberalismo fundamentalista que educação é gasto, saúde é gasto. Agora, dar dinheiro para os bancos não é gasto. Essa que é a questão, não é verdade?

- Manifestação do público.

O SR. ELISEU GABRIEL – É incrível o que fizeram com este país.

O mundo todo já percebeu a burrada que foi feita. Então, os estados estão sendo fortalecidos, estão vendo a importância do estado. Coisas que foram privatizadas – por exemplo,

água e saneamento, em muitos países – estão voltando atrás.

Agora eles querem privatizar a Sabesp. É tudo ao contrário. É inacreditável.

É mais essa onda, não é? Outro dia eu estava conversando com uma pessoa: “Como é esse negócio da...” “Não, não, é porque daqui a 30 anos vai ter um déficit de não sei quantos bilhões, 30 ou 40”. Falei assim: “Que é isso, cara? Daqui a 30, 40 anos? Como é que você prova isso?” Então, são todas essas fantasias do sistema financeiro pondo na cabeça dos gestores.

Eu entrei no ano 2000, quando eu fui eleito pela primeira vez. Era o Governo da Marta. Eu fui da CPI da Dívida Pública naquele ano, em 2001. A cidade de São Paulo devia dez bilhões – porque foi uma maracutaia feita no Governo Fernando Henrique que federalizou as dívidas; São Paulo passou a dever dez bilhões; não devia, mas ficou devendo. Muito bem. Tinha que pagar 13% ao mês de tudo que arrecadava mais a correção. Para vocês terem uma ideia: São Paulo devia bilhões; em 2014, a cidade de São Paulo já tinha pagado 30 ou 40 bilhões daquela dívida de 10 bilhões. Sabe quanto a cidade devia em 2014? Setenta bilhões. Quer dizer, devia dez, pagou 30 ou 40, está devendo 70. É mais ou menos que nem cartão de crédito.

Em 2014, o Prefeito Fernando Haddad resolveu falar que história é essa? Porque a inflação começou a diminuir, estabilizar, e a dívida continuava sendo corrigida pela inflação e pelos 13%. Então, ele apresentou para o Governo Federal - que não aceitou -, quando era a Dilma, mas não aceitou, daí ele entrou na Justiça e ganhou na Justiça, ou seja, foram corrigidos os índices, foi devolvido, “deixou de dever”.

Muito bem, depois dessa manobra feita pelo Prefeito Haddad, a cidade de São Paulo deixou de dever 70 bi e passou a dever, se não me engano, 28 bi. Vejam, então, como foi importante essa mobilização. Foi uma economia enorme.

Qual foi a última coisa que houve com relação a essa dívida pública que a cidade tem? É uma história longa, mas sobre o Campo de Marte, finalmente, a Justiça decidiu que é do Município, e foi feita uma negociação do Município com o Governo Federal para fazer com que o Campo de Marte passasse a ser propriedade do Governo Federal em troca da dívida pública da cidade de São Paulo, ou seja, a cidade zerou a dívida, porque o valor que foi cobrado - pelo

aluguel -, a sucumbência do Governo Federal era em torno de 25 a 30 bi, que era mais ou menos a dívida de São Paulo. Então a dívida acabou.

A cidade de São Paulo está economizando 300 milhões por mês, mais ou menos 280, que é mais de 3 bilhões por ano que a cidade está deixando de gastar. Então não tem cabimento essa história, esse confisco em cima dos aposentados. Isso é uma maldade, é algo de mau gosto, que temos de lutar para revogar isso. É isso que vamos fazer, contem conosco, nós Vereadores, mas o mais importante é a mobilização que vocês estão realizando. Isso é sensacional e é isso que vai fazer com que consigamos a vitória final. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado, Vereador Eliseu. Próximo orador é a representante do Sinesp, a Professora Alcina.

A SRA. ALCINA CARVALHO HATZLHOFFER - Boa tarde a todas e a todos da Mesa, bem como a todos e a todas presentes, e também a quem nos acompanha via remoto.

Essa audiência é muito importante porque estamos falando desse confisco de 14% que tanto afeta os pensionistas, aposentados e aposentadas do Município de São Paulo. Estamos falando de trabalhadores e de trabalhadoras que estiveram em todo o território da cidade, desde o centro até as periferias, sempre levando um serviço de excelência para toda a população.

Sabemos também que passamos por um governo que não incentivou nenhuma política pública de implementação de emprego digno e de renda, o que só ocasionou a maior desigualdade social e esse abismo social também aqui na cidade de São Paulo.

Os nossos aposentados e as nossas aposentadas são, sim, em muitos casos, os principais provedores de suas famílias. Então, quando o governo confisca 14% dos vencimentos acima de um salário mínimo; afeta, sim, a vida e a dignidade de todas essas famílias. E isso representa, sim, um sequestro nas nossas aposentadorias.

E quando nós pensamos nos aposentados e nas aposentadas que também precisam desse dinheiro porque possuem doenças incapacitantes, são afetados por doenças incapacitantes, estamos falando que, além da impossibilidade da cesta básica, também está

sendo retirado o direito à saúde, à compra de remédios, de fraldas, de bengalas, enfim, de tudo que é de direito da cidadã e do cidadão de São Paulo.

E apesar de todos os dados que já foram colocados nessa Mesa, a Prefeitura insiste em dizer que há um déficit. Bom, se há um déficit, não foram os pensionistas, os aposentados e as aposentadas que o fizeram. Então nós temos o direito de envelhecer e de envelhecer com dignidade. Não podemos tolerar esse confisco de 14% que o governo insiste em manter.

Revoga já! Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado. Deixe só intercalar os inscritos com quem está de forma *on-line* para poder participar. Vou chamar a Viviane Ciglione, que é aposentada. Está presente? (Pausa) Vou chamar, de forma alternada, quem fez a inscrição presencial e de forma *on-line*, para que todos possam falar. Viviane, não está presente. Próximo, quem está aqui, para usar a tribuna, a Maria Prudente.

A SRA. MARIA PRUDENTE - Boa tarde a todos e a todas, aos senhores que compõem a Mesa. Nem cogitei a ideia de estar aqui, falando com vocês, mas a nossa representante do Sinpeem, a representante dos aposentados me propôs falar e eu fiquei muito feliz. Na verdade, nem poderia estar aqui, porque estou com muita dor de cabeça, desde quarta-feira, também meu marido está com problemas, minha filha está internada. Ainda assim, eu vim porque se faz muito necessário estar aqui.

Essa nossa vinda é importante para dizermos que é desumano. Falaram que é feio, é isso, é aquilo, mas de verdade, é desumano o que o Sr. Prefeito está fazendo conosco.

Gostaria de perguntar para vocês quantos agentes escolares estão aqui, neste recinto? (Pausa) Podem ver que é a grande minoria. Daí, agora, eles põem um piso, e isso é culpa nossa também, porque ninguém frequenta, ninguém vai às reuniões, ninguém se movimenta para isso, porém, fico pensando: quantos de nós, como eu - eu me aposentei faz dois anos, completei, agora, dia 18 de maio - e, logo em seguida, comecei a pagar esse confisco, quer dizer, eu tinha um salário que dava para a minha família viver.

Meu marido se aposentou com um salário mínimo e ficou trabalhando, mas teve um

câncer, em 2016 e, em 2021, apareceu outro câncer, precisou retirar parte do intestino. Daí, em seguida, por conta da diabetes, perdeu a visão do olho direito. Concluindo: ele não tem como trabalhar. E eu, enquanto trabalhava, vivíamos mais ou menos. Só que aposentei e daí, lógico, perdi vale-refeição e vale-alimentação. Então, já foi aquela queda no salário, a gente já passou a ficar bem apertado. Aí, depois, vem esse confisco, gente, que é quase o valor do meu condomínio.

Agora, quem tem o teto de sete mil, que é o que paga só além disso, está sofrendo, imagine quem recebe dois mil e pouco para manter uma casa, para comprar remédio. Isso é desumano, gente. (Palmas) Eu rezo toda noite. Eu não quero o mal do Prefeito nem do Superior Tribunal Federal. Eu rezo.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Concluindo, Maria Prudente.

A SRA. MARIA PRUDENTE – Eu rezo para que Deus ilumine as mentes e os corações deles, para que vejam o mal que estão nos fazendo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Maria Prudente.

Anuncio a presença da nossa colega Vereadora Luana Alves. Seja bem-vinda, Luana.

Passo a palavra para o Vereador Toninho Vespoli, membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todas e todos. Cumprimento, na pessoa do Celso, todos da mesa, as entidades sindicais, servidoras e servidores e quero parabenizá-los pela luta. Eu sempre falo que quem é servidor público não pode parar nunca de lutar, mesmo quando está aposentado. Já tinha acabado o jogo, estava em casa, tomando seu leitinho, seu chazinho, sua cervejinha, aí vem a notícia de que você vai pagar 14% em cima do salário mínimo.

Tem uma questão que é importante falar.

- Manifestação do público.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Os servidores públicos estão passando por uma situação muito difícil, porque há o congelamento do 0,01 há anos, associado ao pagamento de 14% do seu salário e com os consignados. Vamos falar a verdade: a maioria dos servidores públicos, se não quase todos, está com consignado porque às vezes está ajudando um filho a acabar a faculdade, um parente que está desempregado, então o servidor público acaba ajudando a maioria das famílias. A situação está muito difícil.

Tem uma questão que a gente debatia bastante no Sampaprev que é a seguinte: se tem alguém que não tem culpa do déficit é o servidor público. (Palmas) Agora, mesmo que haja déficit, a gente não tem que cair na conversa neoliberal de que, se tem déficit, tem que ter superávit, não pode ter déficit. Não. A gente tem que encarar que a previdência é um direito e direito não se vende. Se a Prefeitura está colocando dinheiro para garantir um direito, é mais que obrigação, do mesmo jeito que tem o direito da educação e da saúde e a Prefeitura tem que colocar dinheiro.

A previdência é um direito porque a gente deu os melhores anos. Nós vendemos, quando nós estamos recebendo o nosso salário, nós estamos vendendo a nossa saúde, a nossa vida para o bem do município, para o bem do país. Então nada mais justo que o estado garanta depois a sobrevivência dessas pessoas. A gente tem que encarar a previdência como um direito, não um favor. Mais ainda: se é um direito e tem esse déficit, quem está produzindo esse déficit?

Eu estou há dez anos na Câmara Municipal e a gente faz esse debate o tempo todo. A Prefeitura está terceirizando e privatizando serviços. A gente tem uma previdência de solidariedade, os mais novos que entram ajudam a pagar as aposentadorias e pensões de quem já está no sistema. Se a Prefeitura terceiriza, ela não está mais fazendo concurso público, porque é uma visão de destruição do serviço público e dos servidores públicos. Eles querem fazer terceirização e privatização porque aí é que tem as grandes negociatas para financiar partidos políticos e candidatura de prefeito, como a gente vê nos CEIs conveniados, como a gente vê em vários setores da Prefeitura. (Palmas)

Servidor público não se vende. Servidor público tem um RF e enfrenta o que tiver de enfrentar para prestar um serviço público de qualidade. Por isso essa briga aqui – que nós vamos ganhar – é a ponta do *iceberg*, porque depois a gente quer discutir também os outros temas que o Sampaprev colocou e que a gente não concorda de jeito nenhum. A luta só está começando e nós vamos sair vitoriosos dessa batalha.

Um abraço a todas e a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Vespoli.

Anuncio a presença do Vereador João Ananias.

Estamos encerrando as inscrições de forma presencial, porque tem muita gente inscrita, de forma *on-line* também, então estão encerradas as inscrições presenciais.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Celso, só justificar que eu vou ter de sair. Eu vou a uma escola agora que inclusive estão falando que vão vender. Eu vou para lá agora.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Vespoli. Tranquilo.

Chamo a professora Sheyla, representando o Sedin.

A SRA. SHEYLA MENDES DA SILVA – Boa tarde a todas e todos. Meu nome é Sheyla, sou secretária-geral do Sedin, Sindicato dos Educadores da Infância.

Estou muito feliz, muito feliz mesmo de ver esta Casa cheia, cheia de rostinhos que deram a vida, deram o seu tempo, muitas vezes mais tempo para a cidade de São Paulo do que para a sua própria família. (Palmas) Eu só tenho que parabenizar vocês mesmo. Nós, mais jovens – nem tanto assim, também já estou chegando aí -, temos muito que aprender com vocês. Esta cidade só está funcionando hoje porque vocês passaram por esta cidade, vocês deram as suas vidas no seu serviço no hospital, na funerária, nas escolas, em tantos e tantos lugares.

O Sedin também está nessa luta contra o confisco completamente absurdo numa fase da vida em que o ser humano precisa de mais cuidados em relação à saúde e ao lazer também, porque quantas vezes a gente escuta que só gasta com remédio, com fralda, com isso e aquilo. Não, nós temos direito de ter uma aposentadoria para viajar, para passear, para ir ao

cinema, ao teatro. (Palmas)

Nós temos que lutar e vamos lutar muito, nós que estamos na ativa ainda, que somos um pouco mais jovens do que vocês. Mas parabéns a todos por essa luta que vocês vêm tendo o tempo todo. Encontrei uma colega de trabalho aqui, que era da minha escola e que falou: “Poxa, não era para eu estar aqui, era para estar curtindo a minha aposentadoria”. Mas nós vamos lutar.

E parabéns a vocês. Espero vê-los também nas ruas, quando a gente chamar, porque é muito importante. Vocês têm toda uma experiência para nos passar e também para os nossos colegas que estão nas unidades, tanto nos hospitais como na funerária, nas escolas. Não deixem esse fervor de servidor público apagar. Vocês precisam passar isso para os novos servidores públicos, mostrar o quanto é importante toda essa luta.

É muito gostoso de ver mesmo cada olhinho, cada ruga, cada cabelinho branco, cada carinha, cada força de vocês aqui. Tinha uma senhora lá embaixo, brava, “Eu estou aqui desde meio-dia e eu quero estar lá em cima”. Ela está de parabéns, ela está certa. Parabéns para vocês.

Nós vamos continuar na luta, sim, porque é absurdo ter um governo que despreza, que menospreza, que desqualifica servidores que fizeram e construíram esta cidade, que continuam na luta. Então, nós vamos, sim, vencer e vamos começar as eleições agora, porque ou a gente tira esse povo daí ou acabou o serviço público. Nós temos que tirar esse povo daí, e só depende de nós. Hoje nós não temos um vereador da base do governo aqui com coragem para nos olhar nos olhos e conversar com a gente. Não tem sequer um para dizer no que e para quem estão trabalhando. Não tem sequer um tenha a coragem para estar aqui e falar com o servidor público.

Por isso, é nosso dever, no ano que vem, dar uma lição neles.

É isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado.

Tem a palavra a Dalva Mendes dos Santos, agente escolar, presente de forma on-

line. (Pausa) Não está. Tem a palavra o professor Roberto Sena, da DRE Penha.

O SR. ROBERTO SENA - Boa tarde, pessoal. Na pessoa do Vereador Celso Giannazi, cumprimento todos os membros homens da Mesa e, em nome da diretora do Sinpeem, a Cleusa, cumprimento todas as mulheres. Cumprimento também o Deputado Estadual Carlos Giannazi.

Eu sou funcionário público do estado aposentado desde 2020 e, logo que me aposentei, fiquei três meses sem pagar a previdência e já começaram a me cobrar. Agora, nós estamos lutando para ter esse dinheiro de volta, já que, além dos 36 anos e 8 meses, eu paguei mais três anos de previdência. Eu quero esse dinheiro referente a esses três anos a mais de volta.

Eu me inscrevi para fazer duas propostas ao sindicato. A primeira é rever a taxa de 27,5% de imposto de renda que nós pagamos, porque, além dessa taxa, nós pagamos 14% para a previdência, que soma 41%. Nós, portanto, temos que viver com 60% do salário e precisamos urgentemente fazer alguma coisa para não mais pagar imposto de renda, porque salário e pensão não são renda. Renda é aluguel de casa, é dinheiro aplicado no mercado financeiro. Nós temos que dar um jeito nisso.

A segunda proposta é sairmos daqui com a resolução de conversar com os Vereadores e com outras pessoas. Enquanto nós não tivermos 32 Vereadores do nosso lado, nós vamos somente nos desgastar. Quanto ao sindicato, a mesma coisa: sair às ruas e conquistar alguma coisa para nós. Desses Vereadores, eu não estou falando que têm que ser do PT; pode ser até do MDB. Porém, isso é mais difícil, porque quando um partido ganha uma eleição, a sua base, que não está aqui agora, ganha cargos na Prefeitura, e é claro que eles não vão abrir mão disso. Eu falo isso com propriedade porque já ocupei cargo no PT por duas vezes e hoje eu sou aposentado do estado e daqui a dois anos e dois meses eu me aposento pela Prefeitura. Hoje eu abonei o dia, algo que vai custar caro no PDE, para vir aqui engrossar a luta de vocês.

Revogação já!

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, professor Roberto.

Agora eu vou passar a palavra para o Deputado Estadual Carlos Giannazi. É muito importante que a gente aproveite a experiência que ele traz para nós, porque, como eu disse no começo, são três os Estados que revogaram o confisco de aposentadorias e pensões, e a gente tem do nosso lado essa pessoa que tem uma grande experiência, que participou de toda essa luta e do movimento dos aposentados e pensionistas tanto de dentro do Parlamento como nas ruas e na Secretaria e pode nos contar como foi feito isso no Governo do Estado com a reforma do então Governador Doria e com as reformas que estão por vir no Governo Tarcísio, que quer reduzir as verbas da educação no Estado.

Tem a palavra, Deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Boa tarde. Cumprimento todas e todos aposentados e pensionistas, todas as entidades representativas do funcionalismo público presentes e, na pessoa do Vereador Celso Giannazi, proponente desta audiência pública, cumprimento todos os demais Vereadores presentes. É bom lembrar que é a Comissão Extraordinária do Idoso e de Assistência Social que organizou e está promovendo esta importante audiência pública, que é oficial e que terá posteriores encaminhamentos ao Prefeito Ricardo Nunes.

Sendo breve, nós conseguimos derrotar o confisco na Assembleia Legislativa, fruto de um decreto do então Governador Doria que atingia 600 mil aposentados e pensionistas em todo o Estado, por meio de uma ampla mobilização das entidades representativas e dos aposentados de todo o Estado de São Paulo. Apesar de nós termos promovido mobilizações no Estado inteiro, nós tivemos uma desvantagem, já que o decreto do então Governador Doria tinha sido publicado no auge da pandemia, quando quatro mil pessoas estavam morrendo de covid por dia no Brasil. Por isso, durante um bom tempo, a nossa mobilização só se deu por meio de redes sociais, como o Twitter, já que não era possível organizar uma audiência numerosa, e vitoriosa, como a de hoje aqui na Câmara Municipal.

Naquela época, aposentadas do Estado inteiro dominaram o Twitter e outras redes

também. Nós promovemos oficinas em diversos locais do Estado para ensiná-las a usarem essa ferramenta, e as aposentadas foram se organizando e, assim, o movimento ganhou corpo e as entidades também passaram a pressionar.

Como o Vereador Celso disse, eu também sou funcionário público e vou me aposentar como diretor de escola municipal, porque, ainda bem, não há mais aposentadoria para parlamentares, seja vereador ou deputado estadual. Por isso, assim como vocês, eu também sou descontado do Iprem, para quem eu faço contribuição desde 1985, quando eu ingressei na rede municipal de ensino, primeiramente como professor e depois como diretor de escola, lotado na EMEF Dr. Miguel Vieira Ferreira, na Cidade Dutra.

A nossa luta é semelhante e nós vamos vencer, porque há mobilização. Já vencemos uma vez pela ampla mobilização no período eleitoral, quando as nossas queridas tuiteiras foram determinantes por terem pautado todos os debates à imprensa e por terem pressionado a ALESP, o Governador e os Secretários. Em todos os debates que envolviam governadores, o tema sempre aparecia por causa delas, que pautavam os jornalistas e a imprensa.

Então, o movimento do Twitter foi muito importante, ajudou bastante e eu diria que foi determinante. Sei que aqui vocês também estão fazendo isso. Esta mobilização aqui é fundamental e ela tem que ser combinada também com as redes sociais. E muitos Deputados que votaram contra os servidores, que não apoiaram a luta, não foram reeleitos, foram derrotados porque teve capilaridade no nosso movimento.

Na ALESP eu apresentei o PDL nº 22, Projeto de Decreto Legislativo, logo que o decreto foi publicado. Ele foi um instrumento importante de pressão e de organização do movimento, não só dentro da ALESP, mas sobretudo fora, tanto é que o PDL aparecia no Roda Viva, o Rodrigo Garcia era cobrado, diziam que tinha um PDL lá de um Deputado da Oposição, eles eram cobrados o tempo todo e, no primeiro momento, o Rodrigo Garcia dizia que não, jamais, que era impossível, que tinha déficit. Ele foi cedendo aos poucos, conforme o movimento foi avançando, ele foi cedendo, cedendo, até que nós conseguimos derrubar o confisco, foi revogado o confisco das aposentadorias e pensões por conta dessa luta e dessa mobilização.

Agora a nossa luta, como diz o Roberto, é pela devolução. Nós estamos em outra fase, acabamos com o confisco das aposentadorias do estado para 600 mil aposentados e pensionistas, agora a nossa luta é pela devolução do que foi confiscado durante dois anos e a devolução tem de ser feita através de juros e correção monetária, porque aquilo foi um roubo, e foi um assalto. É importante que vocês tenham essa clareza.

Nós derrubamos, nós servidores organizados, mobilizados, derrubamos o confisco em Alagoas e Sergipe. Nós tivemos duas vitórias importantes nesses dois estados e, aqui em São Paulo, eu tenho certeza de que nós vamos derrubar esse confisco, porque já tem um nível de organização, um estágio de organização muito avançado entre vocês, entidades, aposentados e aposentadas, e esse movimento tem crescido bastante.

Nós estamos, minha gente, no período pré-eleitoral também, e isso vai ser determinante, nós vamos entrar em eleição municipal. Eu quero ver qual vai ser o Vereador que vai ter coragem de votar contra um PDL, ou um projeto que derruba o confisco, eles vão ficar com medo agora do movimento. Por isso que é importante a mobilização, que ela seja intensificada. Então, nós ficaremos aqui acompanhando, dando visibilidade, ajudando a pressionar, tanto Prefeito, como a Câmara Municipal.

Para encerrar, nós temos duas ADINs no Supremo Tribunal Federal, é importante que vocês acompanhem, questionando esse confisco em nível nacional. Há um debate no Supremo Tribunal Federal e tenho um dado importante que é bom que vocês saibam, o Ministério Público Federal, ou seja, a PGR, a Procuradoria Geral da República, soltou um parecer a pedido do próprio Supremo Tribunal Federal e a PGR, lá atrás, no ano passado, não foi agora, foi no governo do genocida Bolsonaro, aquele Aras, o próprio Aras disse que é inconstitucional o confisco. Está lá no parecer, esse parecer é importante. Nós vamos utilizá-lo na Prefeitura também contra o Sampaprev.

Por fim, como já foi mencionado aqui, é muito importante que nós possamos alterar, revogar o artigo 149, da Emenda 103, da famigerada reforma da Previdência do Bolsonaro, isso é fundamental. Por isso que a nossa luta também é em Brasília. Nós estivemos recentemente lá

com o Ministro da Previdência Carlos Lupi e com a Ministra Esther Dweck, que trata da questão da Administração Pública, ambos manifestaram apoio à PEC da Prof.^a Luciene Cavalcante, que está sendo gestada lá dentro do Congresso Nacional, para derrubar, anular, o artigo 149, de tal forma que nenhum Prefeito, nenhum Governador, possa confiscar aposentadorias e pensões. Isso é importante.

Termino aqui pedindo apoio de vocês para uma movimentação muito importante das nossas queridas tuiteiras. Elas vão falar também, que vocês entrem lá no Brasil Participativo, que é aquele *site* do Governo Federal e coloquem a questão da revogação das aposentadorias como primeiro item, ajudem, depois elas vão informar vocês como fazer essa movimentação pelas redes sociais, isso ajuda bastante.

Então, confisco nunca mais aqui em São Paulo. Vamos derrubar o Sampaprev e parabéns pela mobilização de vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Deputado Carlos Giannazi, por trazer essa experiência da Assembleia Legislativa para nós aqui do município e o Deputado como disse, é diretor de escola, é servidor público municipal também.

Agora, tem a palavra a Sra. Cleusa Maria, representando o Sinpeem.

A SRA. CLEUSA MARIA MARQUES – Boa tarde a todos. Meu nome é Cleusa Maria Marques, sou Diretora do Sinpeem e coordenadora do núcleo de aposentados.

Nós temos um grupo bem ativo, porque eu digo que aposentados somos, mas inativos jamais. Tem um grande número deles e delas, está todo mundo aqui. Então, quero dar parabéns, porque um dia como hoje, como alguns que me antecederam falaram, todos deveriam estar passeando porque é um direito, deveriam estar num teatro porque é um direito, deveriam, mesmo que o dinheiro não esteja sendo favorecido para isso, estar numa praça e estão aqui lutando.

Quem de nós aposentado, porque eu me aposentei na rede como coordenadora pedagógica e professora de Fund. I; fui alfabetizadora durante 27 anos. Quem de nós imaginou que um dia, depois de aposentada, nós estaríamos aqui sentados brigando por uma coisa que

foi feita, se vocês pararem para pensar, foi logo após a pandemia, parece que foi um “prêmio”, já que eles trabalharam arriscando a vida lá nas escolas, lá nos hospitais que o risco foi maior também, lá nas UBSs atendendo quem precisava durante a pandemia. Então como “prêmio” os Vereadores de direita e o Prefeito, como “prêmio”, tiraram um pouco mais do salário.

Eu não sou tão educada quanto a minha colega Elisinha Margarida, que falou que nós vamos pressionar. Nós não vamos pressionar não, nós vamos exigir. O Sinpeem desde o momento, porque se vocês não se esqueceram, eu tenho certeza de que quem está aqui não se esqueceu, em 2021, foi debaixo de paulada, gás lacrimogêneo, era polícia em cima de servidor, que nunca fez um movimento violento contra Prefeito nenhum e nós lutamos contra todos os Prefeitos.

O Sinpeem é um sindicato de luta, assim como os outros sindicatos que estavam aliados ao Fórum da Educação, tinha da saúde, dos coveiros, dos engenheiros etc., sempre foram sindicatos de luta. Desde o início, quando a lei foi aprovada, o Sinpeem colocou nas redes sociais: revoga já. Então, vou ser bem objetiva. Não tem muito o que conversar, as nossas reivindicações, eu diria a nossa reivindicação é uma só: revoga já, e acabou. Se tem déficit, como disseram os colegas aqui presentes, não fomos nós servidores públicos que fizemos e eu duvido desse déficit, sabe por quê? Somos a maior cidade da América Latina, é a cidade que mais arrecada no Brasil, que dirá do mundo. Onde é que está esse dinheiro? Está aí, todo mundo está vendo.

Investe na educação, na saúde, no serviço público, porque isso não é gasto, é investimento. Não dá para nós aceitarmos, bem disse a minha amiga aqui do lado, a Sheyla, vamos começar a eleição agora, não vamos ficar dormindo enquanto eles estão já fazendo as suas propagandas, como disse o Carlos, nas redes sociais. E nós não vamos ficar só nas redes sociais. Nossos grupos de aposentados são ativos nas redes sociais, nosso grupo de profissionais ativos da rede são ativos nas redes sociais. Mas nós vamos para a rua. Não vão revogar? Tudo bem, nós vamos para a rua.

A gente está visitando gabinetes de Vereadores, começamos logo após ter sido feita

a reforma. Nós começamos a visitar e vamos dar continuidade, nós estamos chamando a categoria, nós estamos na luta e nós vamos atrás. Porque nós só temos uma reivindicação neste momento: revoga já. Porque direito ao lazer, à saúde, à educação é direito de todo mundo; mas para o aposentado é o que foi confiscado, que não foram só os 14%. Só isso já seria uma vergonha. Foram os 14% mais o desconto do Iprem em cima do teto do salário mínimo, ao invés de ser sobre o teto do INSS. Antes era em cima de 7,5 mil mais ou menos, agora é descontado a partir de 1,2 mil reais. Muito servidor que não está na ativa ou já saiu há muito da ativa deve desconhecer o que está acontecendo na base. Muitas vezes, são 200 reais, 300 reais, que é o remédio no final do mês, é o leite que ele compra para o neto, porque o filho está desempregado. Ou está todo mundo ignorando a crise que assola esse país e inclusive a cidade de São Paulo? Muitas vezes, é o alimento básico, e tudo isso é direito do cidadão. Não se trata de “estou reivindicando porque eu quero”; não, é direito. O servidor trabalhou uma vida inteira para, no final, ter como prêmio esse confisco.

Então, é “confisco não” e “revoga já”. Já conseguimos tirar o subsídio. A educação não tem subsídio. Foi uma luta árdua nossa neste ano, mas conseguimos e não vamos deixá-lo entrar. No nosso caminhão, foi muito bem esclarecido o que isso acarreta, e nós já conseguimos. (Palmas) Então, “revoga já” é ir atrás, é bater de frente e exigir.

Vamos fazer o que for possível. “Revoga já”. Não no ano que vem, mas agora, já. Vamos começar a eleição hoje. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Cleusa. Passo a palavra para a colega Vereadora Luana Alves, membro da Comissão de Saúde da Câmara Municipal.

A SRA. LUANA ALVES – Boa tarde. Na figura do meu colega Celso Giannazi, quero parabenizar, por essa audiência vitoriosa, muito cheia, todos os sindicatos presentes, que sei que mobilizaram muito: Sinpeem, Sindsep, Anis, Sinesp. Não citarei todos, porque são muitas forças sindicais presentes.

O que quero dizer é muito simples. Sou da Comissão de Saúde, sou psicóloga de formação, trabalhei em unidade básica de saúde gerida por OS. Então, sei o perigo da

terceirização do serviço público na cidade de São Paulo, sei a tristeza que é a gente ter os servidores terceirizados. E não é culpa do servidor. Infelizmente, é um modelo terrível que a gente tem que enfrentar na saúde, que não pode ter em mais nenhuma área das políticas públicas e que queremos reverter também na saúde.

A Comissão de Saúde está à disposição. Queremos fazer essa audiência lá, chamar a Secretaria Municipal de Saúde para explicar o porquê; se eles têm alguma explicação razoável, Celso, dessa retirada da isenção das pessoas que têm adoecimentos graves. Isso é cruel, cruel. (Palmas) Uma quantidade pequena de servidores tinha isenção do confisco. Não que devesse haver para alguém, mas havia isenção para cerca de 5 mil de um total de quase 100 mil servidores, que são pessoas que, obviamente, necessitam da isenção. Porque tem remédio, tem cuidador, tem uma série de gastos que tem a ver com o adoecimento muitas vezes gerado em um ambiente de trabalho estressante de décadas em escolas, em décadas no serviço público, em décadas de um trabalho que não é fácil. Aí, chega o momento da aposentadoria, você tem uma notícia dessa. Pessoas que começaram a se aposentar, tiveram a aposentadoria, e lhes foi tirada a isenção. Isso é cruel. Reverter isso é para ontem, e coloco a Comissão de Saúde à disposição para isso. Não aceitamos esse tipo de coisa.

Como muito bem foi dito aqui, o tal do déficit é criado por uma política de terceirização. A minha geração, por exemplo, na saúde não consegue ter um concurso público. O último concurso público que houve na saúde faz anos. São pessoas que não contribuem de fato para o sistema, e a coisa fica em uma situação insustentável por causa de uma escolha política da Prefeitura. E, aí, querem colocar a carga sobre os aposentados, que trabalharam a sua vida inteira contribuindo. Não tem condições de isso acontecer. Estamos à disposição. Não aceitamos esse tipo de coisa.

Vou finalizar com o seguinte, Celso: achei que o Ricardo Nunes teria aprendido com a lição do Rodrigo Garcia, que perdeu a eleição, mas, no final do seu mandato, colocou a queda do confisco estadual. Se o Nunes tivesse aprendido a lição, teria que tirar o confisco hoje, não na véspera da eleição. (Palmas) Nós não queremos que se chegue à véspera da eleição, e ele

coloque ali para sair como salvador da pátria. É para hoje, é para ontem.

Nossa bancada está à disposição. Nós da Bancada do PSOL e a Bancada do PT fizemos um projeto para a retirada desse confisco no geral, e em especial a questão da isenção para os que têm doenças graves.

Obrigada, Celso. Coloco-me à disposição. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Luana. Anuncio a presença da nossa professora e supervisora da rede municipal de educação e Deputada Federal Luciene Cavalcante, a quem convido para compor a Mesa conosco. (Palmas)

Passo a palavra, presencialmente, para o Sr. Paulo Ribeiro.

O SR. PAULO RIBEIRO – Boa tarde. Quero agradecer a presença de todos, principalmente dessa plateia maravilhosa.

Sou aposentado há oito anos, e essas reivindicações já existem há 40 anos. Digo mais: estamos em uma sala, nos mudaram, menosprezaram a presença dos aposentados. E para surpresa de todos os que organizam. Como sempre, nos menosprezam. Inclusive aposentados não podem fazer greve. O pessoal não entende que se trata dos valores, de salário, do qual muitos aqui dependem, pois ajudam filhos, netos e outros.

Estamos em um Salão Nobre, na presença de alguns Vereadores da Casa. Então, se estamos na Casa do Povo, na Casa dos Vereadores, e se tudo o que for aprovado tem que passar pelo crivo dos Vereadores, acho que não precisamos dizer nada do ponto de vista técnico, porque tudo está sendo falado, e muito bem falado, criteriosamente, ao pé da lei.

Entre a fala e a existência, existe a competência. A competência passa pelo crivo dos Vereadores, e cabe a nós agirmos através do voto. Quem dá voto somos nós, quem dá emprego a político somos nós. Sejam os leais com aqueles com os quais convivemos, cobremos dos representantes, que são os que devem fazer. (Palmas)

É certo, sim, que o momento é oportuno, pois estamos às vésperas de uma eleição. Claro, ninguém aqui nasceu ontem, todos temos experiência suficiente para falar e nos posicionar - alguns com facilidade, outros não. Agradeço também àqueles que, por algum motivo,

não puderam estar presentes, mas que têm a mesma força.

Estamos dentro de uma sala, nos deram a palavra, os Vereadores estão presentes. Cabe a eles mobilizarem-se internamente, articularem-se e provarem por “a” mais “b” a necessidade da aprovação dessa isenção. Não precisamos de muitos argumentos, temos gente suficiente na Mesa que pode fazer um trabalho de retaguarda nos bastidores para convencer os colegas. Porque a nós nos parece, esses anos todos, que da palavra, da participação e da exposição de cada um de nós - alguns até mesmo com grande dificuldade – nada foi feito.

Gostaria de um minuto de silêncio e um olhar dos representantes da Casa presentes, olho no olho, para se selar a obrigatoriedade de fazer justiça ao funcionalismo municipal.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Só concluindo.

O SR. PAULO RIBEIRO – Eu o agradeço, e posso lhe dizer que o silêncio, o olhar, valem muito mais que palavras perdidas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Tem a palavra o nosso colega Vereador Hélio, da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Obrigado, Vereador Celso Giannazi. Boa tarde a todos e a todas, companheiros e companheiras, presentes nesta importante audiência pública que trata da revogação do confisco dos 14%.

Como o nosso nobre Vereador Giannazi falou, hoje eu completo 90 dias na Câmara Municipal. Meu nome é Hélio Rodrigues. Assumi no lugar do Donato. Mas também sou sindicalista presidente do Sindicato dos Químicos de São Paulo.

E aí, Vereador, tanto que desde quando entramos na Casa, eu brinco com o Giannazi, uma brincadeira mesmo, de que ele tem o mantra dos 14% do confisco. Ele entra no plenário e eu falo: “Giannazi hoje vai falar dos 14%”. Mas de uma forma muito respeitosa, porque se tem uma coisa que temos que discutir com muita seriedade é o pacto que eles estão quebrando de civilidade. Não é a questão só de lutar pelos 14%, pela revogação, que é importantíssimo; isso é um sequestro, um roubo, para as pessoas que estão na idade mais

importante, porque precisam de medicamentos, porque precisam de todos os recursos.

E ainda nós temos uma particularidade: ainda ter que ajudar filhos, netos e bisnetos; acaba sendo um orçamento que ajuda a casa toda. E eu sou testemunha disso porque a minha mãe foi funcionária pública do estado e teve também o confisco, mas que foi revogada pela Assembleia Legislativa, com a luta dos parlamentares do campo de esquerda – PT, PSOL, do PC do B –, que conseguiram revogar aquele confisco miserável.

Eu sou da iniciativa privada. A minha aposentadoria é o teto do INSS. E somente vou receber isso, Giannazi, com 65 anos de idade, depois de ter trabalhado 50 anos – porque pobre começa a trabalhar cedo. Eu comecei com 14 anos. E isso se não mudarem, porque a previsão é que possam mudar. E esse problema que eu vi da minha mãe: que o salário básico não era aquele que você recebia no último holerite. Você recebia três mil, aí tem vale-alimentação. Eles retiram tudo. E a pessoa recebe mil e quinhentos, dois mil reais. Foi o que aconteceu com a minha mãe. E é o que deve ter acontecido com vários aposentados tanto do município quanto do estado.

Lutar contra esse confisco é a luta diária que o Celso faz todo dia no plenário; mas é a luta de todo mundo que quer reconstruir um pacto civilizatório. Essa luta não pode ficar somente na mão dos aposentados, porque já temos o problema dos futuros aposentados, das pessoas que, com a reforma trabalhista, não estão mais acessando a carteira de trabalho, dos concursos públicos que não existem mais na cidade de São Paulo.

Companheirada, o nosso mandato, quando entrou aqui, junto com o Vereador João Ananias, já ingressou junto como coautor do projeto de emenda 01, que trata da revogação do confisco. E tanto a Bancada do PT como a Bancada do PSOL assinaram um projeto de lei contra o confisco. Então, a nossa luta é fundamental, articulada.

Agora, tem uma coisa que vai decidir o jogo: é o ano que vem; porque não dá para achar que vamos conseguir ter a maioria. Nós precisamos, imediatamente, ter lá no comando da Prefeitura do Município de São Paulo [um progressista], assim como mais vereadores progressistas. Quando você coloca para discutir qualquer pauta, há uma banca reacionária

violenta na Câmara, bastante atrasada. E nós precisamos reoxigenar esta Câmara, trazer vereadores progressistas, fazer uma ampla maioria e eleger um prefeito comprometido com a cidade.

Parabéns, Celso Giannazi, pela audiência.

Obrigado a todos e a todas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Hélio.

Essa fala é importante. E nós mostramos no início que temos de dialogar com os outros Vereadores, mesmo porque não é possível o Vereador ver esse holerite do aposentado, que teve redução salarial. É um absurdo completo. O aposentado teve redução salarial. E vamos mostrar aos Vereadores que aprovaram esse projeto que houve um erro; no mínimo, houve um erro. E vamos reverter isso nos próximos meses.

Quero aproveitar e passar a palavra para a Márcia, da Associação dos Administradores de São Paulo, que tem essa luta contínua, constante, nos gabinetes, mostrando os dados; conhece muito a realidade da nossa Prefeitura de São Paulo na parte administrativa e faz esse apontamento dos dados para nós fazermos essa reversão, essa revogação, do confisco; principalmente, para as pessoas com doenças incapacitantes.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiro, é um prazer ver isso aqui lotado e lá embaixo. Eu acho que a nossa luta continua. E continuou desde o primeiro dia que perdemos nesta Casa, à base de muita luta, de muito servidor. Nós andávamos em todos os gabinetes. Acho que não tem um gabinete pelo qual eu não tenha passado durante esse processo. E continuamos a luta; nenhum dia baixamos. É bom que todo mundo saiba que todas as entidades, todas, nenhum dia baixaram a guarda.

Esse PL que o Vereador colocou agora é luta de uma conversa muito forte dentre as duas bancadas e o fórum, as entidades; que nós pedimos que os Vereadores se unissem a nós, às entidades, e à Adam – eu sou presidente da Associação dos Administradores, e represento a Asmusp –, porque nós precisávamos unificar a luta. Não adianta cada um colocar um processo de um PL ou PDL, porque todos querem lutar, mas precisávamos de unidade na luta. E é isso

que vimos buscando: unidade na luta.

Eu acho que não preciso falar de dados, não preciso falar nada disso, mas eu preciso falar para vocês que nós temos algumas coisas.

Independentemente de quanto você ganha, você faz um planejamento para a sua vida. Eu sou administradora, não tenho como não falar em planejamento, porque faz parte da nossa vida. E aí, de repente, começou-se a falar de um tal de déficit – déficit atuarial, de projeção futura. E projeção futura implica responsabilidade, implica lei salarial; porque, se não tivermos política salarial, nós também comprometemos a nossa previdência. Se não houver ingresso por concurso público, nós comprometemos a nossa previdência. Então, de qualquer maneira, é necessário falar sobre isso, é necessário colocarmos todos os pontos nos “is”. Mas tem uma coisa importante: estávamos falando sobre os 14%, sobre o pessoal com doença grave.

Eu vou falar uma coisa para vocês, e não é ingenuidade, não: eu duvido que alguém nesta Casa... todos fomos pegos de calça mais do que curta. Os Vereadores não sabiam que estavam votando os 14%.

- Manifestação do público.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – Dos aposentados com doença grave, não. Sabe que...

- Manifestação do público.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – Não sabiam; quatro pessoas sabiam dentro da Administração.

- Manifestação do público.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – O Prefeito, provavelmente...

- Manifestação do público.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – Não, deixem eu terminar. Vocês vão escutar o que eu estou falando.

- Manifestação do público.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – Deixem eu terminar.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Pessoal, só deixem ela explicar que...

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – Deixem eu explicar o que eu estou falando.

Era tanto sobre esse projeto, que ninguém leu isso; e passou batido por nós também.

Eu estou colocando a nossa culpa. E, pior ainda...

- Manifestação do público.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – Escutem.

- Manifestação do público.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – Escutem.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Deixem só ela fazer a conclusão, gente.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – Escutem. É pior ainda o que eu vou falar. Quando todos nós descobrimos, nós saímos correndo atrás dos Vereadores e mostramos para eles: “Olhem, além dos 14% de todo mundo, há os de doença grave, o que é mais cruel, ainda.” É uma crueldade. Nós fizemos um pedido para quem? Nós fomos propor algo para o Executivo. Levamos para o Executivo uma proposta, com a qual eles podiam devolver imediatamente os 14% para os aposentados com doenças graves. Nós lhes levamos isso e eles simplesmente viraram as costas para nós. Eles viraram, de novo, as costas.

Então, o que eu estou falando, gente, é que a maldade é muito maior do que vocês imaginam. A maldade é dupla. É exatamente isso. Sabem o que significa? Eles viraram as costas por duas vezes para nós. Sabem o que significa? Sabem qual resposta temos de dar para esse Governo? As urnas. É isso. O que eu estou falando é que a sua indignação é a minha indignação. Ficamos muito indignadas. Estamos todos chocados. Não achem que vocês ficaram sozinhos. Porém, eu estou falando que a única resposta que nós podemos dar é nas urnas. É lá que temos de conquistar isso. Para isso, temos de continuar batalhando desde ontem. Nós não podemos parar por nenhum dia de falar contra o confisco, porque nós estamos falando de perda nominal salarial. É disso que eu estou falando.

Eu não falo em justiça. Se eu estivesse falando em justiça, eu não estaria aqui. Sabem onde eu estaria? Eu realmente não estaria aqui, porque justo não foi apanharmos no caminhão. Justo não foi passarmos de porta em porta, explicando aquilo que era inexplicável,

porque é disso que nós estamos falando. Estes Vereadores, que estão aqui, foram Vereadores que nos apoiaram, abriram a porta e estão fazendo discurso todo dia, porque nós não podemos deixar ninguém se esquecer do confisco salarial. É disso que estamos falando. Se deixarmos por um minuto o esquecimento, é o que eles estão pedindo. Então, cabe a nós mantermos todos os dias essa chama acesa e responder da única forma que nós temos, que é o poder das urnas.

- Manifestação do público.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – Sem dúvida, é uma, mas é a forma individual. A coletiva nós estamos fazendo, que é estar aqui, e nós não podemos abrir mão desse espaço. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Está ótimo, Sra. Márcia. Obrigado.

Só complementando, o que a Sra. Márcia trouxe é uma realidade com esse Governo. É um Governo que gosta de colocar jabutis. Eu não sei por que, mas o Prefeito Ricardo Nunes gosta de jabuti. É algo que não tem nada a ver com o projeto e coloca lá, escondido dentro do projeto, para passar aqui.

Vou dar um exemplo que tivemos em 2019. Estávamos discutindo uma carreira dos agentes de apoio. Eles queriam precarizar os agentes de apoio e éramos contra. Lá, no artigo, no finalzinho, ele revogava a isenção do transporte público para as pessoas que tinham a idade de 60 anos ou mais. Estava escondido nesse projeto, que não tinha nada a ver. Há outros. Foi aprovado, agora, um projeto das cozinhas industriais. Colocou um jabuti para aumentar o ruído da cidade de São Paulo. Nós derrubamos isso judicialmente.

Então, quero dizer o seguinte: não vai haver jabuti. Esse também foi colocado aqui. Foi um jabuti colocado no Sampaprev 2. Foi uma maldade, um crime, o que foi feito no Sampaprev – e, mais ainda, com as pessoas com doenças incapacitantes. Foi isso que foi colocado aqui.

Deixem-me passar para o Sr. Valdecir Marques Rocha, de forma *on-line*. Voltou? (Pausa) Então, Sra. Durvalina Soares da Silva, que é da Anis, a Associação dos Servidores de Nível Superior da Prefeitura de São Paulo. Está presente de forma *on-line*? Está com a palavra.

Só vamos prestar atenção, pessoal.

A SRA. DURVALINA SOARES DA SILVA – Obrigada. Boa tarde a todos. Boa tarde, Vereador Celso Giannazi. Cumprimento os Vereadores presentes e os colegas das outras entidades. Enfim, estamos aqui, nesta tarde, com esta luta muito séria, mesmo, que é a questão do confisco dos aposentados, das nossas aposentadorias.

Só quero dizer uma coisa: eu sou aposentada, também. Sou bibliotecária aposentada pela Prefeitura e, diferentemente do que o Prefeito tem dito, aí, e do que tem circulado nas redes, nós pagamos, a vida toda, à Previdência Social. Agora, se há algum déficit, quem é o responsável por isso que pague. Ou seja, a Prefeitura que pague, e não nós, que não temos absolutamente nada com isso. Nós honramos todos os nossos compromissos. Nós pagamos, a vida toda, tudo que nos foi cobrado. Aliás, não havia sequer a possibilidade de não pagar. Nós temos desconto em folha. Tudo o que esta Câmara e esta Prefeitura determinaram foi cumprido por nós.

Agora, eu quero dizer que nós temos direito à velhice. Ninguém, aqui, está pedindo nenhum favor. Ninguém está pedindo nenhuma esmola. Nós estamos pedindo o que é nosso, por direito. Neste país, parece que virou moda se retirar direito das pessoas, mas nós não vamos aceitar isso, não. Isso vai ter de ser revertido. Eu tenho plena consciência de que isso vai ser revertido. Quero dizer uma coisa: nós temos direito à velhice. Trabalhamos uma vida inteira. Servimos a Prefeitura de São Paulo. Servimos a população de São Paulo, mas o nosso tempo é agora. O nosso tempo não ficou no passado. Nós construímos esta cidade, sim. Nós temos uma história, mas nós estamos aqui e estamos vivos. O nosso tempo é agora.

Tanto é agora que os aposentados no estado de São Paulo, que sofreram o confisco, também, foram para as redes, em virtude dos impedimentos que a pandemia causava, e conseguiram, não só pela ação nas redes, mas também com ação presencial, reverter a questão do confisco, lá. Nós, aqui, também já entramos. Já pegamos a experiência deles e estamos indo atrás. Estamos tuitando. Quem não sabia está abrindo perfil no Twitter e está aprendendo a tuitar. Está indo em frente.

Também quero dizer para vocês que está havendo uma votação na plataforma Brasil

Participativo, do Governo Federal. O Brasil Participativo é a construção do Plano Plurianual Participativo do Governo Federal e lá há várias propostas legislativas. Entre elas, há essa proposta de revogação – porque é a revogação de uma lei existente – do confisco que foi instaurado pela Emenda Constitucional 103. É importantíssimo. Qualquer pessoa pode participar. Você, aposentado ou aposentada que ainda não votou, por favor, vá lá e vote. É o Brasil Participativo. É *on-line*. Você vai fazer isso. Vai utilizar a mesma senha que você tem para usar o Conecte SUS. Enfim, para uma série de coisas relativas ao Governo Federal, temos uma senha para entrar. Essa mesma senha serve para votarmos. Vamos votar.

Nós estamos, já, em quinto lugar. Nós estamos entre os cinco primeiros. É muito importante que continuemos entre os cinco primeiros e, para isso, não podemos bobear, porque outras propostas estão sendo votadas, também. Não podemos perder esse quinto lugar. Temos de ir para quarto ou terceiro. Pelo nosso potencial, poderíamos estar em primeiro lugar, porque nós estamos reivindicando o que é justo.

Chega de injustiça. Chega de confisco. Chega de termos, dia após dia, os nossos direitos retirados. São os nossos direitos. Contra os direitos do pessoal da iniciativa privada, houve, aí, uma reforma trabalhista horrorosa e essa reforma previdenciária horrorosa. Nós, com o Sampaprev, lutamos muito. Todo mundo sabe disso. Fomos e perdemos. Estamos, agora, nesse confisco.

Era isso. Quero dizer que estamos na luta. A Anis está aí e está à disposição. Quem quiser qualquer informação ou qualquer coisa pode nos procurar.

Obrigada. Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Durvalina.

Chamo o nosso colega, Vereador João Ananias, membro titular da Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal. (Palmas)

O SR. JOÃO ANANIAS – Boa tarde a todas e todos. Agradeço ao Presidente Celso Giannazi, Vereador do PSOL.

Como meu colega de partido, Vereador Hélio Rodrigues, disse, tramita na Casa o

PLO 01/2023, de nossa autoria e do Reis, que pede a revogação dos 14%. Na verdade, Celso, nós temos de pensar também não só em quem está aposentado hoje, mas também em que está para se aposentar. A gente só fala de quem está aposentado, só que as pessoas que ainda não aposentaram não estão lutando junto com a galera de 92 mil aposentados. Eles precisam se preocupar também, porque no dia de amanhã serão eles. A gente precisa identificá-los e falar assim: vocês vão para a luta com a gente ou não? Senão é complicado a gente ficar aqui defendendo, defendendo só eles, e nós depois... Daqui a pouco, cadê eles aqui? Eles vão se beneficiar. Tem que chamar eles para a luta também, é muito importante que eles participem da luta junto com esses 92 mil que estão presentes, que estão aqui lutando cada dia mais, porque tirar 14% do seu salário é muito.

E o pior: os 5.025 aposentados hoje que são doentes, que são beneficiados, você percebe que hoje falta dinheiro para eles sobreviverem no dia a dia. Vai continuar descontando. Então é importante que a gente faça esse movimento com o funcionalismo público, de todos que conheçam, gente, chamar para a luta, porque é importante a gente ter todos aqui.

Eu queria só falar uma coisa da Câmara, Celso, que é importante, gente. Quando a gente fala que os vereadores têm, na verdade, a decisão de convencer outros vereadores da Casa, é muito difícil. O que a colega quis dizer naquela hora é o seguinte, gente: muitos vereadores que votam nem sabem que vai ser descontado depois de vários funcionários, até de parentes.

- Manifestação do público.

O SR. JOÃO ANANIAS - Não, mas deixa eu falar por que que é, gente, calma. Não é por isso, não. Calma, calma. Deixa eu falar para vocês.

- Manifestação do público.

O SR. JOÃO ANANIAS – É por outro motivo. Não, eu não estou defendendo, não. Calma, gente, não estou defendendo.

- Manifestação do público.

O SR. JOÃO ANANIAS – Eu sei que é polêmico, mas não estou defendendo. Eu

estou dizendo o seguinte: que muitos deles votam por outros motivos, às vezes.

- Manifestação do público.

O SR. JOÃO ANANIAS – É que na verdade...

- Manifestação do público.

O SR. JOÃO ANANIAS – Posso concluir a fala, gente? Eu não estou dizendo que eles não votaram, que eles não sabiam.

- Manifestação do público.

O SR. JOÃO ANANIAS – Nós estamos defendendo vocês. Agora, se vocês não querem deixar a gente falar fica difícil.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Deixem ele só concluir, porque ele vai mostrar, ele vai falar o que acontece de fato.

O SR. JOÃO ANANIAS – Na verdade, gente, é o seguinte: eles sabem o que fazem, na verdade, mas votam por quê? Ele... Como alguém ali disse naquele momento, não é, Celso? Você chega lá, o vereador tem uma Subprefeitura do Butantã, tem uma subprefeitura em outro lugar, tem uma Subprefeitura em Pinheiros. O que acontece? Para ele não perder a subprefeitura... O Prefeito fala assim... então, tal... Mas é a subprefeitura, gente, é isso. É que ele tem cargo na subprefeitura e acaba votando o quê? A favor. É um problema sério.

- Manifestação do público.

O SR. JOÃO ANANIAS - Eu estou colocando a verdade, gente. Se vocês quiserem ouvir... Vocês estão entendendo a conclusão minha. Eu não estou falando que estão votando a favor e eles não sabiam. Eu estou falando em outro sentido. Eles até queriam votar, às vezes, até acho que queriam. Mas vão perder a subprefeitura, acabam votando a favor. Aí o Prefeito fala assim: "É isso". Então é importante que a gente fale isso.

Mas, assim, gente, quero dizer para vocês que, independente disso, vamos tocar a vida. A gente está defendendo vocês aqui. O Partido dos Trabalhadores tem um projeto da Bancada toda, tem um projeto de alguns outros vereadores que já estão tramitando na Casa.

Porém é difícil a gente conseguir o quê? O mínimo de assinaturas para esse processo tramitar na Casa.

É importante que a gente, claro, todo dia faça a luta aqui, gente, discuta cada um com um vereador para conseguir uma assinatura para o seu projeto tramitar. Não é fácil você chegar aqui, gente, e pedir aí. Tem 15, 16, 20 Vereadores que dificilmente assinam projeto da bancada nossa ou da bancada do PSOL. Pode perguntar ao Celso para vocês verem qual a dificuldade que nós temos.

Então, assim, é importante que a gente faça esse enfrentamento, é um enfrentamento que não é fácil, porque nós temos hoje 12 Vereadores, 13 no máximo, que defendem vocês. Então é importante que a gente faça esse movimento, mas contem com a gente. A Bancada do PT está com vocês e o Vereador João Ananias está com vocês.

Obrigado, gente. Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, João Ananias.

A gente fala em números, dos recursos que a Prefeitura tem no caixa, então ninguém melhor do que o Ernani, da Associação dos Contadores, que conhece muito, conhece como ninguém a situação contábil e financeira da Prefeitura de São Paulo.

O SR. FRANCISCO ERNANI RAMALHO GOMES – Boa tarde a todas e a todos. Meu nome é Ernani, estou presidente da Associação dos Contadores.

O que falta para esse Governo é vontade política, é caráter, porque recursos não faltam. Eu posso falar, como bem falou o Celso. Aliás, eu parabenizo o Celso por ter proposto esta audiência. Parabenizo cada um de vocês que aqui estão, aqueles que saíram também. A gente imagina o esforço que foi para estarem aqui, mas a gente tem que ir para a luta, não dá para deixar que o barco ande. Nós temos que controlar isso aí, temos que estar presentes aqui.

Eu vou trazer um número para vocês, validando e ratificando parte daqueles números que o Celso expôs muito bem, só para vocês entenderem. São números extremamente atualizados, não tem como contestar esses números. A Prefeitura hoje tem 36 bilhões em caixa.

O Vereador Eliseu Gabriel falou aqui que nós tínhamos uma dívida que consumia

mensalmente 300 milhões de reais. Vocês lembram dessa fala aqui hoje? Lembram. Pois bem. Vocês sabem quanto custa a contribuição, quanto a Prefeitura arrecada de contribuição de aposentados e pensionistas com esse confisco? Não sabem, não é?

Somando os dois, a contribuição para Ipem, mensal, de aposentados e pensionistas, em decorrência desse confisco, é de 108 milhões, ou seja, um terço, aproximadamente, do valor que a Prefeitura deixou de pagar de dívida para a União. Ou seja, mesmo com esse confisco, mesmo com essa política nefasta para quem contribuiu a vida toda, a Prefeitura ainda tem um superávit, vamos dizer assim, confrontando esses dois números apenas, de 200 milhões.

Então o que falta mesmo é vontade política. Mas não é só isso, não. A situação se agrava muito mais ainda, porque além de confiscar os 14% dos aposentados que contribuíram a vida toda, ainda confisca 14% daqueles que são acometidos de doença grave. Isso é muito pior e já foi verbalizado pelo Vereador Ananias aqui, em torno de 5.025 aposentados. O que significa isso para um orçamento de 90 bilhões? O que significa isso para uma receita corrente líquida de 80 bilhões?

Receita corrente líquida é a capacidade que o ente público, no caso a Prefeitura, tem de arrecadar independente de transferências federais. Ou seja, a Prefeitura de São Paulo arrecada, tem capacidade de arrecadar 80 bilhões de reais por mês. Ora, a folha de pagamento nossa, já computando os encargos previdenciários e tudo mais, é de 30%.

O Celso também apresentou muito bem aqui, fez uma apresentação maravilhosa, com números fidedignos; não tem *fake news* na apresentação do Celso, porque foi feito, creio, por uma área técnico orçamentária financeira, que é a minha área de atuação e dos meus colegas contadores que aqui estão; ele fez apresentação mostrando o quanto evoluiu a receita da Prefeitura, a arrecadação, e o quanto diminuiu o gasto – não é gasto, é investimento, como foi falado por outra colega -, a folha de pagamento.

Ou seja, nós temos, nós representamos hoje, a folha de pagamento da Prefeitura toda, nós representamos 30%, números redondos - são 30,21%, vamos deixar nos 30% para fazer um raciocínio lógico aqui.

Desculpa me estender um pouco, Celso, mas são questões de ordem técnica, que você sabe que eu me pauto sempre nas questões técnicas, porque para política cada um tem seu pensamento.

Bom, voltando para a área técnica, e para concluir, é o seguinte, vejam: nós temos um comprometimento de folha de 30%. A margem prudencial – vejam que incrível -, a Prefeitura pode gastar com a gente, já excluindo os gastos com o Tribunal de Contas e com a Câmara Municipal, prestem atenção, exclui os gastos da Câmara Municipal e exclui os gastos do Tribunal de Contas do Município e só tem gastos com o pessoal do Executivo, aposentados, pensionistas e os da ativa. Eu também não uso a expressão “inativo”; jamais usaria essa expressão. Pelo menos nas minhas falas, eu me proíbo de utilizar essa expressão; eu uso “aposentados”. Pois bem, sabem qual é a margem prudencial? É de 54%. Da receita corrente líquida, que é toda a capacidade que a Prefeitura tem de arrecadar, independentemente de transferências constitucionais, repito, porque essa capacidade é nossa por conta de ISS, e por aí vai, é de 80 bilhões. Então, a Prefeitura tem muita margem, quando a gente está lutando para ter uma revisão geral anual, quebrando essa tendência de 0,01%, apesar de continuarmos na luta por não termos chegado ao percentual que a gente quer.

O projeto vem para a Câmara, mas nós já demos uma amenizada por termos pelo menos conseguido uma proposta de 5% do Governo. Estamos satisfeitos com isso? Não, e vamos ainda convocar outras ações aqui na Câmara. O Vereador está acompanhando e monitorando isso, e outros Vereadores têm nos apoiado, nos recebido e abraçado as nossas causas.

Eu concordo com o Vereador Ananias, quando ele disse que os nossos colegas da ativa também deveriam pensar que muitos deles já estão na porta de se aposentarem. Será que é isto que eles vão querer para o amanhã deles: terem que sair dos seus lares para vir para cá, como uma senhora que deixou em casa um filho doente e outra internada para lutar? Ela não está lutando só por ela, mas por todos que no futuro se aposentarão, inclusive por mim, que ainda estou na ativa. A gente precisa ter um pouquinho mais de consciência e fortalecer essa

luta, que não é fácil, mas que, com certeza, nós venceremos.

Peço perdão, Vereador Celso, por ter me estendido tanto. Agora, para finalizar, eu quero dizer que aqui é a casa do povo, mas, daquela porta para cá, todos os que fizeram e fazem parte desta bancada são nossos aliados, nos recebem em seus gabinetes, nos ouvem e abraçam a nossa causa. Mas onde estão os outros para nos apoiarem? Onde estão os Vereadores da base?

Um forte abraço a todos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Ernani. Essa fala é muito importante, pois ele atualmente é presidente da Associação dos Contadores, que faz a contabilidade de todos os recursos públicos da cidade de São Paulo. Portanto, não são *fake*, mas fatos reais e concretos da situação da cidade de São Paulo.

Tem a palavra a Djalma, do Sindsep.

A SRA. DJALMA PRADO – Boa tarde a todos e a todas. É bom a gente ver todos os aposentados e aposentadas aqui. Isso demonstra que da luta não se aposenta, e nós estamos aqui hoje para dizer que nós não estamos mortos e que nós vamos reivindicar e vamos vencer. Se eles copiaram o projeto do Estado para nos prejudicar, por que agora não copiam também para nos beneficiar?

Foi bom esta Casa ter juntado bancadas para começar esta discussão, já que foi daqui que saiu o maior ataque contra os aposentados da cidade de São Paulo. No ano de 2021, 37 Vereadores da base do governo fizeram essa maldade contra os trabalhadores da Prefeitura. Por isso, neste momento, a gente está aqui para dizer que nós vamos reverter isso. Quero pedir para todas as entidades sindicais para organizarem também as pessoas que estão trabalhando, pois são elas que vão ser os aposentados de amanhã e, portanto, essa luta não é só dos aposentados de hoje.

Nas contas da Prefeitura, o confisco significou 0,7%. E o que é isso para a maior prefeitura do país? Nada. No entanto, para a vida de um aposentado, isso foi destruidor. Por

isso, a gente quer falar para eles que chegou a hora da nossa mudança, que começa hoje aqui dentro e vai ganhar as ruas. A minha proposta é que uma equipe composta por aposentados e funcionários da ativa comece a vir a esta Casa frequentemente, porque a gente só vai começar a mudar corpo a corpo, nos votos. Não vamos esperar o ano que vem para mudar, não; a nossa mudança começa agora. Revogação com devolução já! A gente quer de volta o que a gente já pagou, o que nos foi roubado.

A gente já deu um passo adiante quando conseguimos retirar do projeto da campanha salarial as pessoas com doenças graves. A gente demonstrou que é possível e agora a gente vai conseguir retirar os 14%, porque nunca foi fácil e nenhum administrador ou gestor da Prefeitura nos deu nada. Por isso, sigamos na luta para conquistar de novo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Djalma. Muito boa sua fala.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Revogação e devolução!

Djalma, só uma retificação. Essa pauta das doenças incapacitantes, a gente não conseguiu ainda, pois precisa ainda ser votada nesta Casa. Mas você tem toda razão, nós vamos conseguir.

Passo a palavra agora para uma servidora pública que esteve na rede por mais de 20 anos como professora, diretora de escola e supervisora de educação na cidade de São Paulo, que já tomou bomba de gás lacrimogênio e enfrentou cassetete da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana, que conhece como ninguém a rede municipal e o funcionalismo público e atualmente é deputada federal, tendo realizado em Brasília, já nas primeiras semanas de seu mandato, audiências com o Deputado Carlos Giannazi, com Ministros do Supremo Tribunal Federal, com o Ministro da Previdência e com o Ministra da Administração Pública para tratar, dentre vários temas, especificamente sobre o confisco de aposentadorias e pensões e agora está colhendo assinaturas em nível federal para revogação de uma PEC, além de já ter protocolado um projeto que descongela o quinquênio e a sexta parte de todos os servidores

público do país, congelados na ocasião da pandemia. Ela está conosco na luta e, mesmo tendo que viajar para Brasília daqui a pouquinho, fez questão de estar aqui hoje para falar dessa experiência nessa luta que ela acompanhou tanto, inclusive na Assembleia Legislativa com a revogação do desconto aos servidores públicos estaduais.

Tem a palavra a Deputada Federal Luciene Cavalcante.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Boa tarde aos meus companheiros. Aqui hoje estou entre os meus pares e vejo aqui muita gente que já fez comando de greve comigo. A gente lutou muito contra o Sampaprev. Muito. Contra o Sampaprev 1, contra o Sampaprev 2

Em 2021, fizemos a maior greve da história dos servidores públicos, mais de 100 dias pela vida; no segundo semestre, de uma forma covarde o Governo avança de novo contra o serviço público e coloca aqui em votação o Sampaprev 2, em novembro, nessa rua aí. Todo mundo estava lá do lado de fora, apanhamos, foi aquele massacre, no final das contas, até caminhão-pipa jogaram contra a gente.

É importante recuperarmos a nossa memória sobre as nossas lutas, porque é a nossa memória, a memória de todos aqueles que lutaram e construíram os serviços públicos, é por aqueles que virão que estamos nessa luta e entendemos que é central, porque não é só um ataque, mas um ataque contra os servidores públicos é um ataque contra o serviço público, contra essa ideia de que o serviço público garante o conjunto de direitos fundamentais que opera numa lógica de garantia, portanto, de direitos e não de lucros. E é por isso que nós fomos tão atacados o tempo todo.

Essa questão da aposentadoria foi tão covarde porque ela foi implementada ainda num contexto de pandemia, numa grave crise econômica que vivemos no nosso país até hoje, de desemprego, de pessoas passando fome. E o Governo, com todo esse dinheiro que tem em caixa, avança contra os idosos, contra os aposentados, contra a nossa dignidade, contra o nosso direito ao futuro, a sonhar de a gente ser dono do nosso tempo, porque como dizem, a gente começou a trabalhar muito cedo.

Eu também comecei a trabalhar com 15 anos. A gente entra no magistério e já vai

para as escolinhas particulares trabalhar na Prefeitura, o meu primeiro concurso foi com 19 anos. Então temos trabalhado, estudado e, quando chegamos num tempo em que vamos poder nos dedicar a outras esferas importantes da nossa vida, a gente é golpeado. Então, não podemos aceitar e o caminho é esse.

Quero parabenizar o Vereador Celso Giannazi, que está trazendo essa luta com toda a Bancada de Vereadores progressistas, porque precisamos manter viva essa luta. Sua indignação é algo que sabemos, quem é do movimento sindical sabe disso, e eu sou forjada no movimento sindical, não consegui participar dos movimentos estudantis porque sempre trabalhei e estudei, então foi no sindicato que eu aprendi a correlação de forças, que eu aprendi a lutar. Sempre participei de todas as greves que os meus sindicatos chamaram porque entendia que isso era um instrumento de luta muito importante da classe trabalhadora, então o caminho é esse.

Existe sim uma ilegalidade, é ilegal, inclusive há pareceres já da Corte Interamericana de Direitos Humanos falando que é ilegal confiscar quem recebe abaixo do piso do INSS e é essa discussão que temos feito junto aos Ministros do STF que estão julgando também as ações, as ADINs que correm lá. A luta tem várias frentes, uma delas é essa e é muito importante estar aqui. Acho ótimo a sua proposta de ter uma mobilização permanente, assim como outros sindicatos também estão fazendo dentro desta Casa, percorrendo os gabinetes, constrangendo essas pessoas covardes que não revogam. Já era para ter revogado e devolvido o dinheiro, a Prefeitura tem condições para isso. O que não tem mesmo ainda é a correlação de forças, mas vamos conseguir. Eu tenho certeza porque já fizemos isso no Governo do Estado, numa situação muito mais adversa do que a nossa aqui na Prefeitura, e isso fortalece a nossa luta.

Então, as ações estão correndo no STF, a PEC que está correndo, trago, Celso, uma ótima notícia para fortalecer a nossa luta. Eu sou membro titular da Comissão de Educação e da Comissão de Administração e Serviços Públicos. Na Comissão de Administração e Serviços Públicos já aprovamos um requerimento de ida do Ministro Lupi, da Previdência, até a Comissão e debater com o conjunto dos servidores públicos a necessidade da revogação dessa reforma

da Previdência. Então, isso vai avançar e vai fortalecer a nossa luta com o conjunto de Ministros. Também temos feito esse debate com os líderes de partidos lá da Câmara Federal.

Hoje, daqui a pouco, às 18 horas, começa mais uma edição do tuitaço. É outra forma de luta, uma outra forma de a gente se organizar. Toda segunda-feira, às 18 horas, tem essa iniciativa muito importante do Governo Participativo, que vai acolher iniciativas populares. Então, precisamos marcar posição junto ao Governo, que é sim abusivo, precisamos sim revogar e chamar o conjunto dos trabalhadores, inclusive da ativa, para que façam essa campanha de forma incessante, nas minhas redes sociais, nos coletivos que a gente participa, para que a ativa venha para essa luta, que é uma luta do conjunto dos servidores públicos, da sociedade. Porque a primeira coisa que eles fazem é atacar os servidores públicos, atacar o idoso servidor público, para depois atacar o conjunto da população. É esse o caminho, é essa a lógica do nosso país, a lógica da política da casa grande. Quando tem o direito social, é dito que é um privilégio, é privilégio a gente ter o mínimo de dignidade e respeito, então não podemos aceitar.

Quero deixar aqui toda a nossa luta, lá da nossa Bancada Federal, dos partidos progressistas, eu também sou Vice-Líder do Governo Federal no Congresso Nacional, então estamos trabalhando de forma articulada, coletiva, porque esse desgoverno do Jair Bolsonaro fez várias maldades contra os servidores, são várias, e estamos lutando para derrubar cada uma delas. Não vamos refundar esse país, a gente não vai avançar sem um serviço público fortalecido, isso passa necessariamente pelo respeito, pela dignidade dos servidores.

Contem conosco, com o nosso mandato, espero receber vocês todos lá na Câmara Federal, o nosso gabinete está aberto e vou convidá-los para participar dessa audiência com o Ministro Lupi, para cobrarmos medidas do Governo Federal, que nos apoie a revogar essa maldade que continua na nossa Constituição e que precisa ser revogada.

Parabéns, Celso, parabéns a todos que estão mobilizados. Peço mais uma vez que vocês entrem nesse *link* do Brasil Participativo, façam o seu cadastro e votem para que esse tema da revogação da Previdência seja um tema colocado como prioridade. É na luta coletiva organizada que avançamos e eu tenho certeza de que mais uma vez os servidores públicos

aposentados, ativos e pensionistas vão derrotar esse projeto que é um projeto de exclusão.

Vamos à luta, gente, revoga já! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Deputada Luciene Cavalcante, que é servidora pública municipal, é a primeira professora da rede municipal a ir para o Congresso Nacional. É importante ter alguém que nos represente, que fale a linguagem do servidor público municipal também em Brasília. Ela falou uma coisa importante: são várias frentes de luta, essa que nós estamos fazendo aqui é uma, a mobilização, Djalma também falou dessa participação permanente, constante, nesses corredores da Câmara Municipal, visitando gabinetes de Vereadores, todos os Vereadores. As entidades sindicais estão todas mobilizadas também para isso. É um conjunto de ações que vai fazer com que a gente revogue o confisco de aposentadorias e pensões.

Muito obrigado, Deputada.

Chamo agora Claudemira Maria de Jesus Moura, servidora aposentada da educação.

A SRA. CLAUDEMIRA MARIA DE JESUS MOURA – Bom dia, boa tarde e boa noite. Meu nome é Claudemira, sou agente escolar. Fui agente escolar por 25 anos. Trabalhei, vesti a camisa da minha escola. Trabalhei por 25 anos em uma única escola, Marechal Eurico Gaspar Dutra, e me aposentei há 12 anos. Me aposentei e achei que iria dar para viver; mas, de repente, estou em uma situação que - assim como todos – não está dando nem para eu comprar um remédio que custa 300 reais, de uso contínuo. Vocês acreditam nisso?

- Manifestação do público.

A SRA. CLAUDEMIRA MARIA DE JESUS MOURA – Então, estou passando por essa situação. Um dos medicamentos que uso é para artrose nas mãos, no joelho e no quadril, de tanto trabalhar. Mas não me arrependo, porque dei o meu melhor e ganhei os salários com o suor do meu rosto. (Palmas) Eu não ganhei meus salários trapaceando ninguém, não ganhei roubando ninguém. (Palmas) Eu não ganhei fazendo de conta que eu não sabia o que estava assinando e assinei.

- Manifestação do público.

A SRA. CLAUDEMIRA MARIA DE JESUS MOURA – Então, gente, quando vim para a frente da Câmara impedir essa lei maldita desses lindos Vereadores que não tiveram a coragem de estar nesta Mesa – porque eles tiveram vergonha de nos encarar. (Palmas) Nesse dia, chamaram a polícia, saímos daqui machucados, humilhados, pisados. Gente, eu tenho 71 anos de idade, saí daqui chorando de revolta, por ver que tinha Vereadores que ganham muito bem – vocês vão me desculpar, mas ganham bem - e não sabiam o que estavam assinando, mas assinaram, para descontar dos nossos salários 14%. Só que esses 14%, gente, estão me fazendo muita falta, assim como também para vocês. Esses 14% são muito dinheiro para nós.

Então, acredito que se esses Vereadores tivessem um pouquinho de vergonha e um pouquinho de humanidade, eles estariam aqui, sentados, pedindo desculpas.

- Manifestação do público.

A SRA. CLAUDEMIRA MARIA DE JESUS MOURA – Agora, tem Vereador que hoje iria compor a Mesa, mas que, por um problema de “agenda”, não pôde vir. Mas esse Vereador, eu conheço muito bem. Ele vive rezando, ele vive indo para Aparecida, ele vive pegando a Santa e colocando lá em cima. Depois, vive dizendo que dá cadeiras de rodas, mas não dá. Alguém dá, e ele faz a propaganda. Eu sei disso porque eu conheço, estou falando o que eu sei.

Isso tudo é uma maldade, é uma crueldade, é uma sem-vergonhice, é gente sem caráter. (Palmas) Eu sou pobre, estou ganhando agora 1,8 mil reais. Está bom para vocês?

- Manifestação do público.

A SRA. CLAUDEMIRA MARIA DE JESUS MOURA – Para mim também não está. Eu poderia estar ganhando um pouquinho a mais se não estivessem me roubando. Mas, como tem muita gente boa por aí, que se diz gente boa, que não sabe o que está assinando... Eles não sabiam, assinaram inocentemente esses 14% assim como outras “coisitas” mais.

Então, é assim. Quem estiver contente com esse salário, tudo bem; que não estiver, amém. Só que, no ano que vem, nós vamos dar a resposta. Ano que vem, nos aguardem.

Muito obrigada a todos e tenham um bom dia, uma boa tarde e uma boa noite.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Claudemira, pela sua fala. Chamo agora o Felipe, da Associação de Servidores de Nível Superior da Prefeitura do Município de São Paulo – Anis.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Em primeiro lugar, quero agradecer a presença dos parlamentares. Faço um agradecimento especial para o Vereador Celso por esta audiência e para todo mundo que resistiu até agora.

A relação que esse governo tem com os servidores públicos é uma relação baseada na mentira e na perversidade. Na mentira porque toda vez que a gente chama o governo para dialogar - seus técnicos, seus Secretários, sua bancada -, ninguém aparece. Então, a linguagem do governo conosco é basicamente a linguagem da truculência. Mas, para vir aqui discutir sobre a natureza do déficit, para discutir sobre as contas municipais, para discutir a implicação que o confisco tem sobre as pessoas, essa discussão eles absolutamente não querem fazer. Se tivessem razões, viriam fazer.

Também esse governo é baseado na perversidade. E, aqui, a gente pode pensar na perversidade em dois sentidos. Primeiro, no sentido institucional mesmo, porque, se depender desse governo, não vai ter servidor público. Eles vão privatizar e terceirizar absolutamente tudo, e isso tem uma consequência gravíssima e cruel para a própria sustentação do Regime Próprio de Previdência; todo mundo sabe disso.

Mas existe outra perversidade, que é subjetiva. Ela tem a ver com uma matriz política, que vem dessa turma do governo Doria, dessa linhagem, que é a perversidade em relação às pessoas mesmo, da absoluta falta de empatia com as pessoas. Ou seja, a política de um governo como esse é a de apressar a morte não só institucional de servidores e do serviço público, mas a morte das pessoas que estão aqui, a morte de aposentados e pensionistas. (Palmas) Isso não é força de expressão, não é pura retórica.

Vamos só pegar alguns dados bem elementares. Qual foi o preço, qual foi a arrecadação do preço do confisco que foi feito sobre cada um de nós? Que nos tira remédios,

nos tira alimentos por esse assalto? São cerca de 800 bilhões; ou seja, 1% da receita corrente líquida. Sabem o que significa isso? Hoje, a Prefeitura gasta 30%, metade do limite possível, com servidores públicos; e dentro disso está todo o déficit, que existe, mas que não traz absolutamente nenhum risco para as contas municipais, porque todo ele está dentro do gasto de pessoal. E sabem o que custaria para acabar com essa perversidade? Simplesmente, em vez de pagar 30%, pagar 31% da receita corrente líquida. Mais do que isso: toda arrecadação que a Prefeitura tem com aposentados e pensionistas está na ordem, hoje, de 1,4 bilhões. Se a Prefeitura quisesse isentar – não é somente isentar do confisco – a contribuição de todos os aposentados e pensionistas, ele iria gastar somente 1,8% a mais da receita corrente líquida; iria gastar 32% da receita corrente líquida – ainda faltam 22% para o limite prudencial, 28% para o limite total. Então, vejam, isso não é uma opção relacionada a equilíbrio previdenciário, isso é uma opção pela crueldade, isso é uma opção pela perversidade, porque um governo como esse acha que não se deve pagar aposentado e pensionista. E pior ainda: não posso deixar de falar da questão relacionada aos aposentados com deficiência e doenças graves.

Se aqui dissemos que com apenas 1,8% da receita corrente líquida, que é praticamente nada, significaria quase nada, um dos menores índices ainda, porque hoje chegamos ao menor índice de comprometimento de gasto de pessoal, sabe quanto seria necessário para restituir a isenção aos aposentados com deficiência e doenças graves? Menos de 1 décimo de 1%.

E é importante alertar aos Vereadores que estão pela nossa causa que isso foi negociado recentemente com o governo, que, a princípio se dispôs a rever isso, mas que voltou atrás. Eles acham que é um problema de equilíbrio previdenciário. Não dá menos de um décimo por cento para restituir a isenção de pessoas com deficiências e doenças graves, de gente que tem câncer, que tem cardiopatias graves, que tem paralisias irreversíveis. Isso mostra a natureza do governo que nós temos.

E a luta que temos que levar não é uma luta somente pelos nossos direitos – porque, de fato, nós somente queremos aquilo que nos retiraram de volta –, é uma luta pela nossa vida. E nós, 92 mil aposentados, 24 mil pensionistas, 240 mil servidores públicos do Município, para

quem o Prefeito diz “não, não vou revogar o confisco”, vamos, a partir de hoje, sair daqui e começar a nossa mobilização. “Você não vai revogar o confisco?”, “Bom, nós vamos revogar você e colocar no lugar um governo que tenha compromisso com os servidores públicos, com o nosso direito, com a nossa dignidade e com a população de São Paulo”.

Eu agradeço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Felipe.

Tem a palavra a Sra. Márcia Perrone, servidora aposentada da Secretaria da Assistência Social, uma lutadora, uma guerreira.

A SRA. MÁRCIA PERRONE – Boa noite a todos.

Nós estamos aqui faz bastante tempo e muito foi falado.

Eu acredito que a composição desta Mesa, hoje, não foi nenhuma surpresa: nós sabemos que nós não temos a base governista ao nosso lado. E nós sabemos que essa é a nossa luta para poder virar; caso contrário, nós não vamos virar.

Eu não sei quantos, mas nós precisamos fazer uma conta de quantos nós vamos precisar virar – acho que são 19 Vereadores nesta Câmara –, que nós queremos limpar a partir do ano que vem. E é só limpando que nós vamos poder ter dignidade de vida. Não é somente nós, somos nós e a população de São Paulo, porque o que eles votam contra a população de São Paulo – agora, com o Plano Diretor, IPTU, que vimos aqui, que a periferia acabou pagando mais do que os ricos. Já vimos muita coisa nesta Casa. E eu acho que está na hora de limpar. Se nós somos 240 mil e fizemos uma conta de virarmos cinco pessoas da nossa família e dos nossos amigos, nós conseguimos limpar a Câmara. Chega desse povo que já está aqui há 20 anos não fazendo nada, ou fazendo para si.

Não vamos dizer que eles não sabiam o que estavam assinando. Sabiam. Sabiam. Aqui há leis que extrapolam a decência. Uma delas é: “eu voto a seu favor se você me der um cargo na subprefeitura”, “Eu voto a seu favor se eu ganhar ‘x’”. E isso nós ouvimos de assessores de Vereadores quando fomos procurá-los para reverter o voto. Eles disseram: “Não adianta, já está fechado com a Base, vai ganhar uma grana”.

Então, gente, não vamos ser inocentes: a luta ainda é árdua pela frente, e é agora. Ano que vem é ano de eleição. Temos que tirar Ricardo Nunes. Que ele vá para o meio do inferno, junto com essa raça que é a favor dele – Milton Leite, Ricardinho Nunes... sei lá o nome desses canalhas que ficam aqui.

- Manifestação do público.

A SRA. MÁRCIA PERRONE – Nós não podemos esquecer que para o próximo prefeito uma das fundamentais importâncias que temos que discutir é a mudança da lei salarial. Chega de 0,01%, chega de 22 anos de 0,01%. Isso é uma afronta para o funcionalismo. Todo ano vimos a esta Casa e eles não têm a mínima sensatez de votar outro índice.

- Manifestação do público.

A SRA. MÁRCIA PERRONE – Nenhum deles.

Eu, pessoalmente, acho que estamos num momento, e venho falando sobre isso; e me preocupou a fala de uma pessoa que eu nem lembro mais quem foi, que é o seguinte: que o dinheiro do Iprem não foi repassado para os fundos. Isso é muito sério. Onde está esse dinheiro?

E eu bato muito sobre isso: é preciso fazer uma auditoria do Iprem. Nós precisamos saber onde está o dinheiro e o que temos lá. Nós sabemos que nós temos casas no Iprem? E não são poucas. Nós temos casa para que no Iprem? Nós não precisamos de casa no Iprem. Se nós estamos com o fundo baixo, nós temos que vender casa do Iprem. Precisamos saber o que está lá e onde está o dinheiro.

Pena que foi todo mundo embora.

- Manifestação do público.

A SRA. MÁRCIA PERRONE – Não, desculpe. Vocês entenderam, né, a maioria?

Nós precisamos fazer uma campanha para encontrar mais gente que possa tuitar. O Giannazi falou muito sobre isso; e é muito importante, porque a virada no estado se deu sob a pressão desse pessoal que estava escondido por conta da pandemia, mas que estava muito ativo no Twitter. Nós somos poucas tuiteiras – eu estou falando da Prefeitura. Nós não chegamos a 200 pessoas e conseguimos, mesmo assim, virar o jogo, lá. Eu proponho que vocês procurem

os grupos das tuiteiras e comecem a fazer parte. É muito fácil tuitar e estamos precisando muito do apoio neste momento.

Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sra. Márcia. Deixem-me já chamar aquela que vai falar, também, um pouco sobre os tuítes: a Sra. Fátima Marmo, que é aposentada e militou nessa ação, na Assembleia Legislativa, com os aposentados e os pensionistas. Falar sobre essa experiência é muito importante para nós.

Na sequência, vou chamar a Sra. Raimunda. Já fique preparada. Depois, será a Sra. Lourdes, para que consigamos avançar, aqui, hoje.

A SRA. FÁTIMA MARMO – Boa noite. Eu vou tentar ser bem sucinta. Meu nome é Fátima Marmo. Eu sou assistente social aposentada da saúde desde 2016. Além de aposentada, sou confiscada. Para melhorar, meu marido também é aposentado do município. Foi um encontro romântico que tivemos na Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Hoje é Dia dos Namorados.

A SRA. FÁTIMA MARMO – Isso. Então, hoje é Dia dos Namorados e ele também é confiscado.

O que aconteceu? Minha mãe, que tem 90 anos, hoje, é aposentada e pensionista do estado. Eu percebi que existia um grupo fazendo uma coisa que eu não sabia fazer, que era tuitar. Eu não tinha conta. Hoje, eu tenho duas. O que aconteceu? Eu me engajei de tal forma, porque o Twitter é uma coisa gostosa. Começamos a fazer e curtimos.

Quero deixar claro que vamos, também, para a porta da Prefeitura. Uma ação não exclui a outra, mas nós temos, Vereadores, tuiteiras com 80 anos. Essas pessoas têm dificuldades para se locomover. Temos outros aposentados que, até para fugir do alto custo de São Paulo, foram morar fora. Foram morar no interior. Foram morar no litoral. Essas pessoas também têm dificuldades para vir, presencialmente.

O que aconteceu? Como a colega falou, somos poucas, mas nós somos terríveis. Nós conseguimos fazer 90 mil tuítes no horário que marcamos. Então, eu quero fazer um convite,

que é o seguinte: alguém, aqui, ainda não tuíta?

- Manifestação do público.

A SRA. FÁTIMA MARMO – Então, eu vou passar três números de celular. Todos são de DDD 11. Vou esperar o pessoal anotar. Anotem em um papelzinho e façam isso em casa. O meu é (11) 99988-4595. Esse é da Fátima, que sou eu, aposentada desde 2016. Nós nos encontramos na rede. Eu vou passar o de uma líder nossa muito conhecida desde a época do estado. Essa é líder, mesmo, professora de matemática aposentada: a Manoela. Todo mundo conhece a Manoela. É por isso que eu estou aqui, hoje. Eu a conheço e não quis vir. Eu vou dar três opções e esta é a segunda. O telefone da Manoela é (11) 95488-7379. Vou passar um último, não menos importante, que é da Elisa, nossa tuiteira, também. O número dela é (11) 99245-6659.

O que vocês podem fazer? É aposentado? Mande um “zap” para nós. Nós vamos mandar para vocês, no “zap” de vocês, o que é preciso para tuitar, ok? Contudo, por meio desses números, também, nós vamos orientar vocês a fazer uma coisa que foi amplamente divulgada aqui.

Então, é o seguinte: a nossa Deputada Luciene falou. O Carlos falou. Existe uma proposta do Governo Federal, que é o Brasil Participativo. Não sei se todos receberam este papelzinho na entrada. O que é o Brasil Participativo? É uma oportunidade para entrarmos no Plano Plurianual, que é de 2024 até 2027. Entretanto, é o seguinte: nós temos, já, sete mil. Nós estamos em quinto lugar. Estamos com sete mil votos. Já estivemos em quarto lugar, mas o pessoal teve um *sprinter* e passou. Eles nos atropelaram. Queremos o quê? Atropelá-los, porque queremos ficar entre segundo e terceiro lugar.

Entre estado e Prefeitura, nós somos quase 700 mil aposentados. Não é possível que só tenhamos sete mil votos. Então, podemos chegar a 15 mil ou 20 mil votos. A primeira proposta está com 24 mil votos.

Quem quiser tem de ter o aplicativo, no celular, do Gov.br. É superchato tirar foto para ter. É muito chato. Vocês tendo, baixando o aplicativo do Gov.br, o que vocês fazem? Vocês

entram e votam na nossa proposta, que a Dolores indicou, que é pela revogação definitiva do artigo 149 da Emenda Constitucional 103, que foi tão citada aqui. Isso vai colaborar com o que a nossa Deputada Luciene está fazendo em Brasília.

Assim, nós temos o PDL 92 na Casa. Já conseguimos a revogação no estado e a nossa luta é para a revogação no município, mas é para acabar de uma vez por toda com a possibilidade. Daqui a pouco, entra um louco e ele resolve nos confiscar. Gente, 14% é muito, mas, na lei – Vereador Celso Giannazi, corrija-me se eu estiver enganada –, com uma canetada, o Prefeito pode nos confiscar até 22%. Então, temos de destruir isso.

Se vocês querem, também, o *link* para votação, usem esses três telefones que eu passei e imediatamente mandamos o *link* para vocês, desde que vocês tenham o Gov.br no celular. Vocês vão diretamente votar.

Assim, para quem tem contato com o pessoal da ativa, para quem vai cortar o cabelo, a cabeleireira tem como fazer o Gov.br e muitas delas o têm. Vamos divulgar.

Muito obrigada pela oportunidade. Um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sra. Fátima. Olhem, o que ela disse é muito importante, porque, como eu falei, uma das frentes de ação que podemos fazer é essa, por meio do Brasil Participativo, mas também do dia a dia do Twitter. Então, toda segunda e toda sexta, elas têm esse tuitaço, que faz uma diferença muito grande.

Para quem não aprendeu ainda, para quem não conhece o tuitaço, já fizemos, na Câmara Municipal, uma oficina. Vamos fazer outras. As entidades sindicais estão fazendo isso, também. É muito simples. É só pegar o celular. Faremos isso presencialmente, em outro momento, com vocês, para que nos engajemos nesse movimento nas redes sociais, o que é uma forma de luta, também. Não é a única. Precisamos estar aqui, dentro, presencialmente, nas ruas, em frente à Prefeitura, mas é uma forma que é muito importante, também, de fazermos isso. Obrigado, Sra. Fátima.

Deixem-me chamar, então, a Sra. Raimunda das Graças, que é servidora aposentada da saúde.

A SRA. RAIMUNDA DAS GRAÇAS – Primeiramente, boa tarde para todos. Parabenizo todos os que estiveram presentes e vamos incentivar os nossos colegas, assim como nós fazíamos nas greves passadas. Eu sou do tempo da greve do jato: o Sr. Jânio Quadros mandava jogar um caminhão de água em cima de nós e nunca desistimos.

Então, hoje, eu tenho vergonha de dizer que eu, ao lado de tantos que talvez aqui estejam, lutei para ter os nossos direitos e vem um cidadão – ninguém sabe de onde –, nem sei se cidadão ele é, porque caráter ele não tem. Ele não conhece o que é um servidor e um trabalhador, porque ele chegou de paraquedas. Ainda bem que ele chegou e ele vai embora, porque a nossa força é de 1979.

Eu acredito que tem muitos aí que já estão aposentados e não tem mais a sua capacidade de ir, eu ainda, graças a Deus, tenho de vir para tomar aquilo que eu conquistei, na luta, com a minha cara no jornal. Na época, fui exonerada por 30 dias, porque o Sr. Jânio Quadros pediu a minha cabeça, porque participei de uma greve, e eu estava com uma faixa e quem estava lá apareceu, a minha cara foi para o jornal da Bandeirantes, mas, nem por isso, me intimidou. Então é uma vergonha termos uma pessoa dessa que não se sabe se pode chamar de cidadão.

E outra: quando eles falam que não têm dinheiro, cadê o nosso Iprem? Porque quando eu me aposentei, eu fui lá e fiquei sabendo que por 20 anos não depositaram o nosso Iprem. Quer dizer, foi roubado já desse tempo? Então, eles que pegaram a Prefeitura com dívida, portanto eles que se comprometam em pagar e levantar dinheiro, porque ele não tira nem um por cento do salário dele. Não tirou. Agora, vem tirar de nós? Esse dinheiro foi conquistado, gente. Esse dinheiro foi suado. A nossa dignidade não tem preço, a nossa dignidade é vergonha na cara, que ele não tem!

Quero ainda dizer para ele que ele deveria enfrentar esse pessoal, porque, numa audiência pública ele deveria, pelo menos, estar presente e responder. Também quero dar um recado para os Srs. Vereadores que assinam coisas sem ler. É assim: quando você assina alguma coisa e não leu é porque você ganhou por trás. Eu mesma já trabalhei com Vereador desonesto, aqui, e que já até morreu, graças a Deus!

Nós vínhamos para cá às 3h da manhã para apoiar, para votar, em coisa que eles diziam assim: “Não quero nem saber, quero meu dinheiro de tantas horas”. Isso aí eu conheço, porque já fiz parte de Sindicato, já fui representante sindical, briguei muito e continuo brigando. Estou com 68 anos e acho que tenho mais 68 para brigar, não é possível. Que vergonha, meu Deus do céu. Um dinheiro que lutamos para ganhar, para termos a nossa velhice digna. Todos nós, aqui, somos trabalhadores, mas quando um cidadão disse que tem dinheiro, cadê esse dinheiro? A gente tem de tomar cuidado com ele para ele não fazer já um desvio, e quando mandarmos ele embora, esse dinheiro já está até é muito longe.

Temos de fazer isso mesmo. Quero aproveitar e parabenizar a Bancada, o Vereador Celso Giannazi, seu irmão e Deputado Carlos, eu acompanho muito e, assim, vi que essa reunião está no caminho certo, só que precisamos ser os mesmos lutadores de antigamente. Temos de buscar esse pessoal novo porque eles também vão se aposentar. Daqui uns dias não vai ter ninguém para falar, pois se eles já não têm coragem de falar?

Parabéns à Mesa, pois todo mundo falou no sentido que estamos precisando, ou seja, revogação já. Não é antes da eleição, é já, porque, antes da eleição, ele já tem de estar bem longe daqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado, Raimunda. Nós temos prazo para terminar essa audiência, e o prazo final é às 18h, então quero pedir para que as pessoas tentem centrar mesmo nos três minutos. Vou chamar a Lourdes Estevão, servidora aposentada, guerreira da saúde.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Boa tarde, companheiros e companheiras. Cumprimento a Mesa e, principalmente, todos os companheiros presentes.

Tenho 70 anos, viu Celso? Mas não sou aposentada, porque vou brigar até o fim pela revogação dos 14%. Estou esperando.

Vou falar em três minutos, mas queria pontuar algumas coisas que acho serem importantes, inclusive, para conversarmos com a sociedade sobre a questão da aposentadoria.

Acho que temos de lembrar que nós fomos os trabalhadores que, na nossa maioria,

trabalhou de 20 a 25 anos, colocamos a serviço da sociedade o nosso saber, a nossa vida e também a nossa saúde. Portanto, não estamos pedindo esmola, não estamos pedindo caridade. Queremos aquilo que é nosso direito.

Se tem algum déficit é por conta da incompetência dos gestores e aí, tanto Vereadores como Prefeitos, porque é exatamente isso. Assinaram sem ler, porque pagaram. Porque receberam muito dinheiro. Nós sabemos que o voto, aqui, nesta Câmara, tem preço. E nós temos, também, de discutir com os trabalhadores aposentados que conhecemos, mas igualmente discutir com os trabalhadores da ativa, pois se não vierem para a rua, no próximo ano, teremos mais gente chorando, não só pelos 14%, mas choraremos, porque, nos bastidores, o governo entende que pode cobrar mais.

Só vamos conseguir vencer essa batalha se nós, enquanto trabalhadores da ativa e também os aposentados, e queremos contar não só para esse tipo de conversa importante, que estamos tendo aqui, mas também contar com a bancada que a gente elege. Portanto, temos de ter cuidado! Temos de ter cuidado, porque há um monte de gente, um monte de Vereador, que a gente sabe que os trabalhadores ajudaram a colocar. Então nós temos de ter cuidado, porque se não a gente vota, a gente vai para as unidades, a gente conversa com os trabalhadores, mas alguns não prestam e votam contra a gente. No final, são todos iguais, vão lá e votam e, depois, a gente vem chorar junto aqui. Nós não queremos mais chorar.

O que nós queremos? Queremos que revoguem e devolvam o que foi tirado! Estava certo o que a gente recebia. Queremos que aquilo que roubaram de nós seja devolvido! E olhem: acho o seguinte, deveriam também devolver para a Câmara o presidente dessa pasta. Sabe por quê? Afinal, numa atividade dessa, um cara que é responsável pelos idosos – os idosos que, normalmente, são aposentados – e ele não tem tempo de vir aqui? É porque ele não gosta de idosos, não gosta de aposentados e não gosta de servidor público. Então, gente, ele também tem de sair, porque a gente está dando o galinheiro para a raposa comer.

Portanto, precisamos, e temos a responsabilidade, de mudar esse estado de coisas, porque nós, aposentados, temos filhos e temos netos, temos vizinhos, temos tias e tios! Temos

de fazer uma campanha para colocar, nesta Casa, Prefeito e Vereadores que tenham compromisso com o serviço público de maneira geral.

A luta continua, companheirada! A luta é hoje e sempre, juntos, organizados e unidos que vamos vencer essa batalha. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado, Lourdes. Deixe eu passar para um inscrito de forma *on-line*, o João D'Amaro, que é Presidente da Seam, Associação dos Arquitetos e Engenheiros. Está na linha o João D'Amaro? (Pausa) Boa tarde, João, está com você a palavra.

O SR. JOÃO D'AMARO – Boa tarde. Obrigado, Vereador Celso Giannazi, pela palavra. Serei bem rápido.

Eu quero só realçar a fala do meu colega, o contador Ernani, no aspecto econômico-financeiro, e a da Deputada Luciene sobre a questão dos direitos dos servidores. O problema, além do confisco, do grande prejuízo causado indevidamente aos aposentados, é conceitual, é de desestruturação do serviço público, que tem obrigação de garantir qualidade de vida à população, e isso passa pela qualidade do tratamento aos servidores públicos, porque quem garante a qualidade de vida de uma cidade são seus servidores públicos. Portanto, esse desestímulo à aposentadoria desestimula inclusive aqueles que estão na ativa, porque não esperam um futuro promissor, um futuro que lhes dê garantia de dignidade de vida na sua aposentadoria. Isso é terrível.

Quando se fala em grandes cidades, quando cidade “a” ou “b” é considerada maravilhosa é porque quem garante a qualidade de vida e a estrutura para essa cidade são os servidores públicos, mas, diferentemente dos trabalhadores da iniciativa privada da área da CLT, nós não temos alguns incentivos, como o Fundo de Garantia, dentre outros mais. O nosso incentivo é o bom salário e uma boa aposentadoria, porque quem representa o Estado, os entes da Federação – Município, Estado e Federal – são os servidores públicos, que garantem a estabilidade e uma qualidade de vida para a população.

Por isso, apelo aos Vereadores e ao Prefeito que pensem na questão conceitual

desse desestímulo à aposentadoria, que significa desestímulo ao servidor. Vamos revogar esse confisco, porque isso não se faz, isso é um golpe contra o contrato de trabalho que foi feito ao longo de todos os anos de contribuição do servidor, de cujo holerite foi descontado direitinho.

Este é o apelo: vamos revogar esse confisco.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, D’Amaro.

Tem a palavra a Sra. Evandis Rosa, servidora da saúde.

A SRA. EVANDIS ROSA DE OLIVEIRA – Boa noite. Primeiramente, muito obrigada pela oportunidade, porque eu estou engasgada de tanta vontade de falar, assim como todo mundo que está aqui. A gente trabalhou 30, 35 anos para chegar nessa situação por causa de um prefeito desumano e de vereadores sem-vergonhas. Estou na Casa deles, mas esta também é minha casa. Assim como a colega, eu também tenho artrose na coluna e, após ter trabalhado 30 anos como auxiliar de enfermagem, carregando pacientes pesados, agora, quando eu achava que eu ia ficar bem, eles tiram o nosso salário, o nosso dinheiro.

Quando eu olho para o meu holerite – não só eu, como eu acho que todo mundo aqui também –, eu tenho vontade de chorar. E para aquela senhora que falou que os Vereadores não sabiam, me desculpe, mas eles sabiam sim; tanto que votaram na calada da noite, de madrugada, contra nós, e eu sei do nome de cada um deles. Eu vim aqui procurar um Vereador e falei para ele que eu era uma das aposentadas com quem ele tinha ferrado com seu voto, mas ele não falou que não sabia. Então, eles sabiam sim. Eu cheguei a falar também com uma assistente dele e eu só não vou falar o nome desse Vereador porque eu tenho ética.

Pessoal, eu vim de longe, de Santana de Parnaíba, mas eu vou onde for para participar de todos os movimentos em frente à Prefeitura e tenho falado muito com você, Vereador, que também ganhou o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado.

A SRA. EVANDIS ROSA DE OLIVEIRA – Então, gente, para onde tiver que ir para revogar esse confisco, eu vou. Se for preciso, eu vou até o inferno, porque não é justo a gente

trabalhar 12 horas por dia para vir esse Prefeito e fazer isso com a gente.

É só isso.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Evandis.

Tem a palavra a Neusa. (Pausa) Não está mais presente. Tem a palavra a Maria da Guarda Rocha.

A SRA. MARIA DA GUARDA ROCHA – Boa tarde a todos. Cumprimento todos da Mesa e todos da plateia.

Eu não quero lamentar pela audiência estar vazia, porque os que realmente têm compromisso estão aqui sentados ouvindo e vão levar para aqueles que já foram embora.

Sou presidente da Abrapopess – Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas da Saúde e Similares, sou aposentada da saúde pelo Servidor Público, onde eu ingressei em 1974, desde quando venho participado de todas as lutas. Conseguimos acordos coletivos de trabalho e outras negociações até entrar governos de pessoas que só pensavam nelas, que terceirizaram tudo, que acabaram com a saúde e deixaram o idoso sem proteção. Mas nós estamos aqui. Eu tenho 84 anos e me aposentei com o salário mínimo e, antes de ter emprego de carteira registrada, eu trabalhei muito, mas graças a Deus eu tenho sete filhos e eu só estou vivendo hoje porque eles me ajudam.

O que, então, eu quero dizer para vocês é que a coisa é séria, mas eu estou muito confiante.

Agradeço ao Vereador, que está fazendo por todos nós essa luta aqui, trazendo o pessoal. Eu acho que é o papel do parlamentar: quando ele quer crescer na vida, ele tem que pensar nele e nos outros, e nós também pensamos. E não fiquem vocês pensando que as pessoas não conhecem os Parlamentares que não fazem nada por nós, conhecem, porque fui ao Grajaú fazer campanha e eu escutei alguém falar assim: “Mas ela está distribuindo papel, você conhece esse cara?” E alguém falou: “Se você não conhece o cara, você a conhecendo, ela vai denunciar”, e eu denuncio mesmo quem não faz. Eu vou de porta em porta e eu denuncio.

Portanto, eu quero falar com vocês que, diante de tudo que eu ouvi aqui, esse grande interesse de todos vocês nessa Mesa, mas quem vai fazer mesmo a história, vocês só vão ter êxito no trabalho se essa plateia continuar como está aqui unida, porque é o povo que coloca e é o povo que vai tirar. O meu apelo hoje é esse. Vamos nos preparar, porque o Ricardo Nunes, na semana da eleição, que ele ia ser Vice do Covas, ele contratou não sei quantos funcionários para trabalhar para ele, para ter emprego registrado e aquele povo era da periferia, fez uma campanha maravilhosa. Então, esse cara tem que cair fora. Esse Ricardo Nunes, eu não quero vê-lo, mas nem pintado de ouro, porque esse cara não presta, e eu acredito em vocês.

Por favor, vamos encher essa plateia, vamos ficar até o fim, vamos fazer o trabalho, porque nós sabemos quem trabalha. Srs. Parlamentares, pode falar aqui dentro, aqui na Câmara teve uma senhora Rochinha que conhece todos, está na luta desde 1974 em São Paulo. E eu sei quem é do povo, eu sei quem pensa no voto, quem quer fazer, eu sei quem são os malandros desta Casa – conheço todos –, e o meu salário é um salário mínimo, mas eu vou pagar gente para me ajudar a tirar essa corja que nada faz. Mas nós temos gente boa aqui, nós temos gente boa, nós vamos trabalhar com gente boa. E eu sou unida a todos os sindicatos.

E nós estamos aí, no dia 15 de setembro, terá o Seminário do Idoso, lá no CPP, Centro do Professorado Paulista. Convido todos, é o décimo seminário. Nós fazemos com mil pessoas, e nós vamos falar muita coisa.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado Maria da Guarda, obrigado pela sua participação, ter ficado até agora para fazer esse depoimento. Convido agora o Elton Cardoso para fazer a sua fala.

O SR. ELTON CARDOSO – Boa noite a todos. Eu pretendo não me estender tanto porque eu sei que já estamos muito cansados. Esta tarde toda foi muito proveitosa, falou-se muito.

Queria começar a minha fala fraternamente discordando desta Mesa, quando diz que o Vereador não sabia o que estava votando lá na Previdência. Nós fizemos 33 dias de greve

naquela época, nesses 33 dias, no meio da pandemia, juntamos de 30 a 40 mil pessoas aqui na frente. Então, os Vereadores sabiam muito bem o que estavam votando. Eles foram muito bem esclarecidos sobre o que estavam votando. Por isso eu não consigo aceitar essa fala de que a Vereadora votou sem saber, não dá para aceitar isso.

Sobre a revogação já foi mais que falado, quem se espantou com o número de pessoas que estava aqui é que não conhece o servidor público. O servidor público luta o tempo todo, é todo dia lutando: é dentro do seu trabalho, é para melhoria de condições de trabalho, porque as condições são cada vez mais degradantes.

Por isso, a gente vem aqui, o aposentado não consegue parar, desde 2008. Esse foi o primeiro Prefeito, que nós saímos de uma campanha salarial sem o calendário para incorporação do piso salarial de 32%. Esse calendário não saiu, então nós temos que continuar lutando sempre. Aposentado aposenta, mas continua lutando porque a única forma de ter um reajuste é na hora da incorporação, e esse foi o primeiro Prefeito que não deu esse calendário de incorporação para nós.

Então, é isso, a gente não vai parar de lutar nunca. Revoga já, tem que revogar para ontem.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Elton. Já chamando aqui Eliezer Alves Varela, também aposentado. (Pausa)

Vamos para o Almir de Freitas e, na sequência, se puder se preparar a Monica Matsuo, advogada previdenciária. Está com você a palavra, Almir.

O SR. ALMIR DE FREITAS – Boa noite a todos. Eu gostaria de contar uma historinha para a gente poder falar um pouco de revogação. Você imagina alguém que você ama tanto, já que é Dia dos Namorados, chegando na sua casa, aparecem uns quatro meliantes, pegam essa pessoa, põem dentro de um carro e levam embora? Que ato é esse? Segundo o nosso Código Penal, é sequestro. O que é sequestro? Sequestro é um crime hediondo, ou seja, um crime que não dá para ter redução da pena, que não dá para ficar solto, que tem de ser condenado. E qual

é o sinônimo de sequestro? Confisco.

Nós temos um Prefeito que está sequestrando e sequestrando o quê? É você, no dia primeiro, quando fomos receber, que até então nós contribuíamos, porque a gente pensa com palavras, não é com pensamento, a gente contribuía enquanto estava na ativa e a partir do nosso primeiro salário de aposentado, a gente deixou de contribuir, a gente foi sequestrado. Você chegou lá e o seu dinheiro foi arrancado de você e foi levado para outro canto, e você não tem condições de ver esse dinheiro, que falta em viagem; não interessa para que é esse dinheiro, é seu. Ninguém pode sequestrar um filho teu, ninguém pode sequestrar dinheiro teu, ninguém pode sequestrar uma colher tua, porque é o teu suor.

É nesse sentido, companheiros, que eu estou aqui para colocar isso. O que nós sofremos aqui foi um sequestro, talvez a palavra “sequestro” seja mais pesada do que confisco, mas são sinônimos. É quando você se apropria da propriedade do outro, sem autorização. Ninguém me pediu autorização para eu ganhar menos, ganhar menos foi uma opção do Prefeito em relação a minha vida de servidor que comecei aqui em 1981.

É nesse sentido que nós temos que ter força. Sou aposentado, estou aqui e estou em todas as lutas, seja na rua, seja na Câmara, sejam em outros lugares, e vou aprender a tuitar também. É isso aí.

Meu muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Almir, muito bom. Tem a palavra a Monica Matsuo (Pausa) Manoel Romão de Souza.

Tem a palavra a Sra. Sônia Regina Alexandre.

A SRA. SÔNIA REGINA ALEXANDRE – Boa noite, porque já é noite. A gente precisa falar que esse pessoal pensa que a gente é meio, não sabe de nada, não sabe das coisas. Antes de mais nada, antes de a gente vir para cá, a gente já tem um estudo, o que vai ser isso aqui. Só que o pessoal acha que a gente não sabe que existem acordos políticos dentro desta Casa, eles acham que a gente não sabe, entendeu. Eles só acham, pensam que vão passar um melzinho na boca da gente, quando falam assim: “Não, que ganhou a Subprefeitura,

que ganhou não sei...” Gente, a gente sabe disso há muito tempo, que existem esses acordos, entendeu, fora o dinheirinho que vai por baixo.

Então, eu queria falar também sobre os empréstimos consignados que o Sr. Celso Giannazi estava falando. Ele falou assim: que é para pagar a conta de alguma coisa. Eu falei só que hoje em dia o aposentado está fazendo empréstimo consignado para comer. Por exemplo: vai ao mercado, gasta e vai pagar no mês que vem ainda. Então, precisa do consignado para poder fechar essa conta.

Então, a gente tem que falar para o Sr. Ricardo Nunes que, antes de ele falar alguma coisa em qualquer lugar, que ele precisa estudar. Dizer que o funcionário público não pagava aposentadoria é o cúmulo dos cúmulos. Acho que primeiro ele tem que aprender o que é o funcionário público para não falar as besteiras que vem falando na mídia. Porque ele só fala besteira na mídia, só passa melzinho na boca dos outros.

Quero falar também que a gente precisa bater na Comissão Permanente desta Casa pelo menos uma vez por semana. Porque só isso vai convencer esse povo que diz que não sabe o que está assinando, para eles aprenderem com a gente o que eles devem assinar. É isso o que temos que fazer. Gente, já estou cansada de ouvir esse tipo de coisa: “A gente fez, mas não sabia o que estava fazendo”. É estudar. Mandam uma lei aqui para a Câmara de manhã cedo, da educação, às cinco horas da manhã. Tem que verificar o que está escrito de ponta a ponta, porque vai que esse governadorzinho coloca alguma coisa que pode prejudicar a nossa vida; porque é só isso o que ele faz. É só isso que ele está fazendo: manda os projetos, mas põe alguma coisa para prejudicar o funcionalismo público.

Esse povo já vendeu São Paulo, já vendeu tudo o que era do funcionalismo. Eles não conseguem ter pessoas para pagar nossas aposentadorias, e a gente tem que lutar para que tudo que era do Governo volte para o Governo, para nós. Eles já privatizaram um monte de coisas. Eu não tenho a mínima ideia do porquê eles fazem essa privatização. Mas cemitério? Puxa vida. Estão privatizando e terceirizando tudo. Já entregaram São Paulo inteira para a privatização. Eu quero ver como é que vai ser daqui em diante, porque a população depende do

funcionalismo público.

Então, terceirização, não; funcionalismo público, sim. Confisco, não! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sônia. Já vamos nos encaminhando para o encerramento da nossa audiência pública. De fato, tivemos uma tarde muito importante. Esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelas redes sociais da Câmara Municipal: TV Câmara São Paulo, Youtube; ficou consignada aqui, de forma oficial, na Comissão do Idoso e da Assistência Social, com todas as falas.

Agradeço a presença de cada um e de cada uma de vocês aposentados e pensionistas, entidades sindicais que estiveram presentes e parlamentares que passaram por aqui. Nós ouvimos relatos extremamente graves, que são um ataque às pessoas que têm menos recursos na cidade de São Paulo e estão vivendo em uma situação lastimável, lamentável. Na verdade, o que está em marcha, o que está colocado na cidade de São Paulo é um grande crime contra os aposentados e pensionistas, que não têm mais a possibilidade de adquirir seus medicamentos para sobrevivência, seus tratamentos de saúde, seu alimento, muito menos passear e ter possibilidade de lazer, quando deveriam ter. Quando a gente se aposenta, após 30 anos, 40 anos de serviço público, a gente deveria receber pelo menos uma aposentadoria minimamente digna.

Falando em dignidade, o Deputado Carlos Giannazi colocou que há um parecer da Procuradoria Geral da República falando sobre a inconstitucionalidade de se cobrar contribuição previdenciária de quem ganha menos do que o teto do Regime Geral da Previdência. E o que eles usaram como argumento - lá atrás, quando foi discutida a Reforma da Previdência? Que é preciso se respeitar o princípio da dignidade humana. É o princípio da dignidade humana que está em jogo. Então, quem ganha abaixo do teto do Regime Geral da Previdência não deve pagar contribuição previdenciária. Foi o Procurador-Geral da República quem se manifestou na ação que está no Supremo Tribunal Federal, não sou eu que estou falando.

O que está em jogo é isto: a dignidade da pessoa humana, que está sendo afetada. O aposentado não pode comprar seu medicamento, não pode se locomover. Ou seja, é um

aposentado que está fadado a morrer. Esses dias, da tribuna, fui mostrar um holerite, e temos feito isso para dar voz aos aposentados e pensionistas para se manifestarem também por meio do telão do plenário. Eu ia falar de um servidor, mas, infelizmente, meia hora antes me veio a notícia de que esse servidor faleceu. E por quê? Porque ele estava nessa condição que eu mostrei para vocês. Ele tinha isenção da contribuição previdenciária, tinha uma doença incapacitante, câncer, e veio a falecer naquele dia. E com esse servidor, com esse aposentado, o Prefeito Ricardo Nunes não precisa mais se preocupar, pois ele já se foi. Ele conseguiu prejudicar a vida desse aposentado que trabalhou por 40 anos para o município, deu sua vida ao serviço público, mas, depois, foi abandonado após a aprovação do Sampaprev 2. É lamentável que isso aconteça.

Esta audiência pública é importante porque daqui saem ações e encaminhamentos. Ela foi transmitida ao vivo, e vamos pedir os encaminhamentos tirados daqui para mandar para o Prefeito Ricardo Nunes. Também, a partir desta reunião, vou apresentar uma moção através da Comissão para que tudo o que foi dito aqui seja mandado de forma oficial para o Prefeito Ricardo Nunes para que ele saiba de fato o que está acontecendo com os aposentados e pensionistas.

Também algo que é muito importante a gente fazer e serve como encaminhamento para nossos mandatos, para as entidades sindicais, é fazermos essas oficinas do Twitter. Além das ruas, também nas redes sociais irmos com esse movimento, porque daqui a pouco teremos uma campanha eleitoral, e é muito importante que haja essa pressão em cima do Prefeito Ricardo Nunes e dos Vereadores que viraram as costas para os aposentados e pensionistas.

Também gostaria de agradecer ao Sr. Adriano Cremonesi – nesta audiência representando hoje o Conselheiro Eduardo Tuma, Presidente do Tribunal de Contas do Município -, que ficou até agora e ouviu atentamente os aposentados e pensionistas. Agradeço também ao procurador Cristiano de Arruda Barbirato, que também ficou até este momento. Essa discussão está agora na Fazenda também, porque o Ipem está na Fazenda, que não mandou nenhum representante hoje.

Esta audiência pública foi muito importante, mas vamos fazer outras. Vamos fazer outros movimentos, convocar outras pessoas e não vamos parar enquanto não revogarem o confisco das aposentadorias e pensões. Sou servidor público também, sei do que estou falando. Enquanto não revogarmos esse confisco das aposentadorias e pensões, os servidores públicos não sairão dos corredores da Câmara Municipal e baterão de porta em porta de Vereador mostrando esse crime que foi cometido aqui.

Dou por encerrada esta audiência pública. Agradeço a todos e a todas, e revoga já!

(Palmas)
